

Alto Vale

O
vale dos
papagaios

do Itajaí



1890

A nova data de fundação da cidade de Laurentino

Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



O livro mostra a vida descontraída do imigrante alemão Francisco Frankenger, que escolheu a região do AltoVale do Itajaí para morar.

O diário deixado por Frankenger nos faz pensar na influência que os povos indígenas, em especial os kaingang e os xoklengs, juntamente com as populações tradicionais (posseiros, tropeiros e caboclos), tiveram na formação étnica dos brasileiros descendentes de portugueses, alemães, italianos, poloneses, espanhóis, holandeses, russos e outros que vivem na região entre Blumenau e Curitiba.

Entre as informações relatadas no seu diário, o imigrante descreve a passagem pela localidade de Laurentino em 1893, revelando uma nova data sobre a fundação da cidade.

Após 160 anos de relacionamento entre as diferentes raças, o resultado foi a mestiçagem de um povo que pensa, fala e grita em português, permitindo chamar o vale onde vivem de “Vale dos Papagaios”.

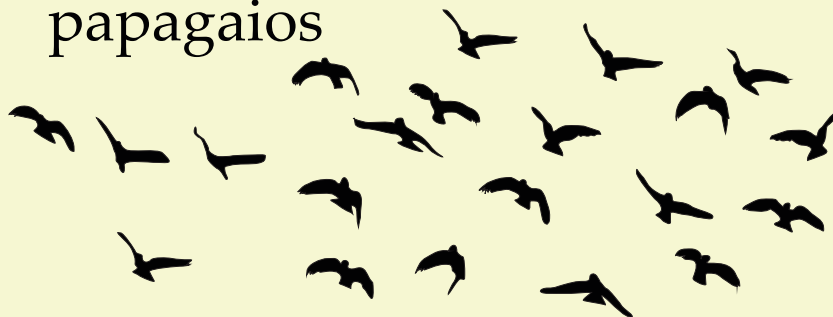
Para mostrar as belezas naturais da região, o livro traz as ilustrações do rio Itajaí-Açu nas obras do artista plástico laurentinense Guilherme Carlini Piazero, com fotografias da bióloga e educadora ambiental Taciane Lippel.



Alto Vale

do Itajaí

O
vale dos
papagaios

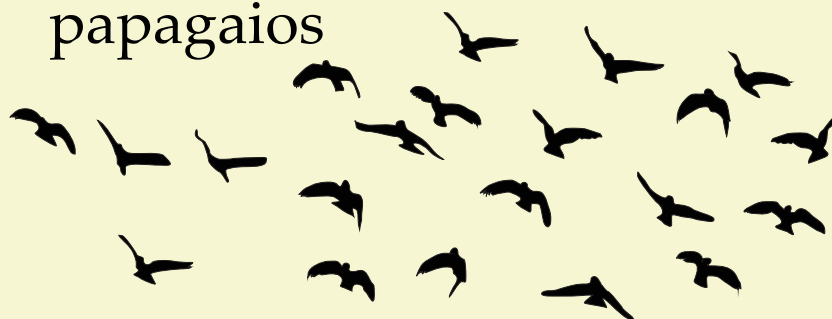




Alto Vale

do Itajaí

O
vale dos
papagaios





Alto Vale

do Itajaí

O vale dos papagaios



1ª Edição

Laurentino - Santa Catarina
Edição dos Autores
2023

2023

Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel
Todos os direitos reservados

Capa

Juarez Inácio de Oliveira

Revisão de texto

Me. Deise Bilinski

Projeto gráfico e ilustração

Juarez Inácio de Oliveira

Pintura artística

Guilherme Carlini Piazero

Fotografia

Taciane Lippel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Piazero, Guilherme Carlini
Alto Vale do Itajaí : o vale dos papagaios /
Guilherme Carlini Piazero, Juarez Inácio de Oliveira,
Taciane Lippel. - 1. ed. -- Laurentino, SC : Juarez
Inácio de Oliveira, 2023.

ISBN 978-65-00-75566-4

1. Cultura e turismo - Vale do Itajaí (SC :
Mesorregião) 2. Vale do Itajaí (SC : Mesorregião) -
História 3. Vale do Itajaí (SC : Mesorregião) -
Usos e costumes I. Oliveira, Juarez Inácio de.
II. Lippel, Taciane. III. Título.

23-165564

CDD-981.64

Índices para catálogo sistemático:

1. Vale do Itajaí : Santa Catarina : História
981.64

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Dedicamos este livro aos brasileiros que
procuram entender o
Alto Vale do Itajaí como uma
terra de mestiços e que
respeitam as diferenças.

Em especial aos povos indígenas
kaingangs e xoklengs que influenciaram
a nossa maneira de gastar o tempo.

Alto Vale

do Itajaí

O
vale dos
papagaios



*Nesta edição os textos em boxes foram copilados das publicações
referenciadas, não sofreram qualquer correção ortográfica.*

Sumário

Prefácio **12**

Apresentação **14**

Ora pois, quem chegou primeiro **16**

O trem passou, mas
o povo indígena Xokleng
continua vivo no Alto Vale do Itajaí **38**

Francisco Frankenger **44**

Laurentino antes de 1890 **54**

O vale dos papagaios **60**

O rio Itajaí-Açú e seus afluentes nas obras
do artista plástico Guilherme Carlini Piazero,
com fotografias da bióloga e educadora
ambiental Taciane Lippel **64**

Referências Bibliográficas **86**

Prefácio

Vale dos papagaios, uma bela obra, que como o próprio nome sugere, traz uma reflexão sobre o modo de enxergar e entender o nosso Alto Vale do Itajaí.

Durante nosso pequeno período de ocupação desse território, politicamente denominado Alto Vale do Itajaí, nós, descendentes de imigrantes, na sua grande maioria europeus, passamos a olhar esse espaço que por milênios fora ocupado por povos originários muito bem ambientados e com conhecimentos e formas de vida próprios, como um lugar que deveria ser modificado ao estilo de vida estrangeiro.

Aqui talvez se insere um dos pontos fundamentais dessa importante obra que é a necessidade de entender que para a criação de identidade, de uma nova cultura, não é necessário suprimir e apagar outros povos e a vida existente. Todo esse processo histórico de desprezo e “coisificação” da vida do Vale, alimentado por um Eurocentrismo que por muitas vezes não nos permite refletir, por ser consolidado como natural, ocasionaram inúmeros conflitos, sejam com nossos semelhantes humanos ou com os próprios outros agentes do meio natural, que passaram a ser apenas matéria prima, onde a subsistência e a necessidade de sobrevivência se transformou em ganância destrutiva, denominada e difundida com o nome de progresso.

Trazem também nesse contexto crítico-reflexivo dados empíricos consistentes que modificam a história do nosso município de Laurentino, que passa a ter uma história bem mais longa do que se imaginava, isso claro, no sentido de sua denominação, pois como destacado, não nasce com a chegada dos colonos europeus no processo chamado colonização.

Parabenizo os autores: Piazero, Oliveira e Lippel, sobrenomes que nos remetem as três grandes origens do ciclo migratório europeu que passaram a habitar a região (italianos, portugueses e alemães), por deixar explícito que a partir do momento que nascem nessa nova terra passam a ser brasileiros e enxergam que nosso querido Vale, caracterizado por uma mistura étnica é tão mais significativo e belo que um outro continente chamado Europa. Essa abordagem Decolonial defendida, reforça a esperança de uma região cada vez melhor, que permita a coexistência da vida, seja qual for sua origem.

Robson Carlos Avi

Presidente da Associação Ambientalista Pimentão

Apresentação



Francisco Frankenger foi um imigrante alemão que chegou no Brasil em 1890, permaneceu em Blumenau aproximadamente três anos, e em 1892 comprou terras próximo ao rio Itajaí-Açu na localidade de Matador, hoje o município de Rio do Sul.

O livro tem a intenção de mostrar o caminho que o imigrante fez quando chegou em solo indígena dos povos kaingang e xoklengs. Além de morar próximo ao rio, onde era visitado frequentemente pelos barulhentos papagaios, Frankenger decidiu escrever um diário entre os anos 1890 e 1900, revelando o seu lado descontraído na nova colônia, deixando para trás o frio e o pensamento alemão.

Além das anotações diárias sobre o clima e a natureza, o imigrante alemão descreveu em detalhes os acontecimentos vividos antes e depois de se estabelecer no Alto Vale do Itajaí, registrando informações importantes sobre as primeiras localidades da região, como foi o caso de Laurentino, fazendo referência do local em uma de suas viagens até Pombas (atual Rio do Oeste), em 1893.

A forma como Francisco Frankenger viveu, nos possibilita pensar nas diferentes maneiras de interpretar como se formou a população do Alto Vale. É preciso buscar compreender quais foram as influências dos povos indígenas e dos imigrantes portugueses (chamados de brasileiros), que chegaram na região e se estabeleceram antes mesmo do Dr. Blumenau. Como tudo acaba saindo do controle, em algum momento os estrangeiros se renderam aos encantos dos nativos, e o resultado dessa mestiçagem são os brasileiros que falam e gritam em bom português, permitindo chamar a região onde vivem de Vale dos Papagaios.

Para mostrar as belezas da região, o livro traz as ilustrações do rio Itajaí-Açu e de seus afluentes que formam a região do Alto Vale do Itajaí nas obras do artista plástico laurentinense Guilherme Carlini Piazero, baseado nas fotografias da bióloga e educadora ambiental riosulense Taciane Lippel.

**Ora pois, quem
chegou primeiro**



Em quase todos os acontecimentos históricos descritos pela maioria dos pesquisadores, os indígenas foram considerados um problema menos importante, para ser resolvido posteriormente, ficando em muitos casos quase esquecido. O que nos leva a pensar que a história da colonização, seja em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, e principalmente no Alto Vale do Itajaí, foi narrada como sendo a transferência de imigrantes europeus, com destaque e relevância para os costumes e os valores estrangeiros.

Os historiadores João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire na obra “A Presença Indígena na Formação do Brasil”, consideram que:

As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as populações aqui estabelecidas, com suas formas de organização sociocultural e com a sua interveniência e controle sobre os recursos ambientais existentes.(OLIVEIRA e FREIRE, 2006).



*ponta de flecha
em pedra
(Museu de
História
Natural de
Laurentino)*

*Foi encontrada
na região do
Alto Vale do
Itajaí no
início do
séc. XX*

Outro importante grupo que passou a fazer parte da população de Santa Catarina foram os negros. Mesmo sendo pouco citados pela história, os africanos representavam em 1796, mais de 25% da população do estado, segundo o escritor Oswaldo Rodrigues Cabral, no livro “Nossa Senhora do Desterro”:

Em 1796, nas estatísticas levantadas pelo governador João Alberto Miranda Ribeiro, o quadro populacional do estado somava: uma população branca de 2652 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades. Aos quais se juntavam forros: 75 pardos e 35 pretos, os escravos eram 206 pardos de ambos os sexos e 789 negros, homens e mulheres. Em resumo, 3757 pessoas, das quais 995 eram escravas. Então, aproximadamente 26,5%, mais de um quarto da população era negra. (CABRAL, 1972).

Além dos indígenas e negros, os portugueses passaram a formar a identidade étnica de Santa Catarina, com destaque para o litoral e o planalto catarinense, onde fundaram as quatro principais cidades, São Francisco do Sul em 1658, Florianópolis em 1673, Laguna em 1676 e Lages em 1766.

A presença de portugueses também ocorreu nas colônias de alemães e italianos no interior do estado. Em 1892, na fundação da Colônia Matador, Bela Aliança - atualmente o município de Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, os sobrenomes lusos representavam 18,5%. Dos 70 ocupantes da colônia, 46 eram alemães, 13 eram portugueses e 11 eram italianos, segundo o levantamento realizado pelo professor Ilson Paulo Ramos Blogoslawski:

O quadro a seguir apresenta os proprietários de terras em Matador, Bella Aliança. Esses dados constam no ofício do engenheiro Pedro de Freitas Cardoso enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina, em 19 de Abril de 1895. Só foi possível estruturar o referido quadro através da pesquisa e da coleta de dados em dois documentos existentes no Arquivo Público Histórico de Rio do Sul, sendo um deles cópia do original e processos do acervo Arquivo Histórico de Blumenau. (BLOGOSLAWKI,2000).

Quadro 2 - Relação de proprietários na colônia

Colônia	Ocupante	Colônia	Ocupante
01	August Zirbel (1893)	59	Reservado
02	Hermann Peters (1893)	60	Rudolf Danker
03	Jacob Haeuser (1894)	61	Associação das C. Evangélicas de S.C. (1922)
04	Carlos Peters (1893)	62	Marcus Karsten
05	Leopoldo Wagner (1893)	63	Henrique Danker
06	Augusto Peters (1893)	64	Marcus Weiss
07	Manoel Antonio Santiago (1919)	65	Walter Kenling
08	Ricardo Holetz (1893)	66	Padre Zeno Walibrohl
09	August Zirbel (1901)/Rodolf Kopelke (1904)	67	João Estevão Quintino
10	Jacob Haesuer (1895)	68	Constante Machado Leite
11	Cristiano Witt (1893)	69	Pedro Fernandes
12	Henrique Holetz (1893)	70	João Francisco Carvalho (1904)
13	Max Boehme (1921)	71	Antônio Francisco Carvalho (1904)
14	Guilherme Holetz (1893)	72	Francisco Frankenberg (1892)
15	Manoel Faustino Ambrasio (1919)	73	José Estevão Quintino (1904)
16	Luiza Vendramini (1919)	74	Felix Manoel Leite
17	Guilherme Giacomossi (1919)	75	Carlos Paupitz
18	Frederico Witt (1919)	76	Pedro Wagner
19	José Basilio de Negreiros (28-06-1908)	77	Manoel Cardoso dos Santos
20	Reservado para escola pública	78	Alwin Wagner
21		79	
22	Frederico Hollen/Augusto Werner (1908)	80	Theodoro Wagner
23	Reservado para escola (1920)	81	
24		82	
25		83	
26	Antonio Ferrari (1919)	84	
27	Pedro Ângelo Alberti (1921)	85	
28	João Bracello/João Lizandro Pereira (1909)	86	
29	Pedro Hostius (1919)	87	
30	Hercílio Hostius (1922)	88	
31		89	
32	Alven Schulze Hebeig (1910)	90	
33		91	
34	Tranquillo Bussi (1910)	92	
35	Valentin Picolini Junior (1919)	93	Guilherme Bachmann (1904)
36	Leandro Giacomossi (1919)	94	Henrique Bachmann (1904)
37	Polycarpo Bussi (1912)	95	
38	Guilherme Hering	96	
39	Ricardo Marin (1906)	97	Carlos Kuhlmann (1904)
40	Giovani Ceruti (1904)	98	
41		99	
42	Henrique Kennecke	100	
43	Vicente Leite (09-05-1905)	101	Reservado para escola sexo masculino
44	Carlos Hering (1895)	102	Reservado para igreja



45		103	Reservado para escola sexo feminino
46	Francisco Zimmerger	104	Reservado para o cemitério
47		105	Carlos Wagner
48	Adolfo Bachmann (1904)	106	Leopoldo Wagner
49		107	
50	Otto Siebert	108	
51		109	
52	Albino Marchi (1920)	110	
53	Eduardo Holler	111	
54	Carlos Krambeck	112	
55	Frederico Carlos Holler	113	
56	Henrique Siebert	114	
57	Alfredo Cristen (1904)	115	
58	Guilherme Schroeder Jr.	116	

Fonte: Acervo: Documento datilografado do Arquivo Público Histórico de Rio do Sul - SC. (sem identificação e nem código)

No processo de colonização do estado de Santa Catarina, as populações tradicionais não-indígenas (caiçaras, posseiros, caboclos, camponeses e outros), que são fruto da miscigenação entre portugueses, indígenas e escravos negros, são raramente citadas nas pesquisas históricas. Nas colônias de alemães e italianos os imigrantes portugueses, seus descendentes, e os não-indígenas, são chamados de brasileiros.

Em 1927, antes da emancipação política-administrativa de Rio do Sul, os brasileiros representavam 35,1% da população do município, como descreve Beatriz Pellizzetti:

Em 1927, o distrito de Bella Aliança já contava com um expressivo número de imigrantes, somando 10.249 habitantes. Entre esses, 6.694 eram de origem alemã; 3.426, italianos; 116, imigrantes poloneses; e um imigrante de origem russa. Havia 5.532 brasileiros morando no distrito, e um total de 15.781 habitantes. Portanto, 35,1% eram de origem brasileira e 64,9%, imigrantes estrangeiros (PELLIZZETTI, 1985).

Podemos afirmar que a colonização do Alto Vale do Itajaí não foi realizada somente pelos imigrantes alemães e italianos. Além da atuação dos governantes, teve a colaboração dos primeiros moradores (não-indígenas), que se instalaram nas terras, antes da chegada dos estrangeiros. O fato, porém, é que esses primeiros moradores não foram considerados como os legítimos pioneiros, pelo contrário, passaram a ser identificados como ilegais, conforme descrito pelo historiador Walter Fernando Piazza, “A Ação Colonizadora de Luiz Bertoli” na região oeste do Alto Vale do Itajaí, em 1923:

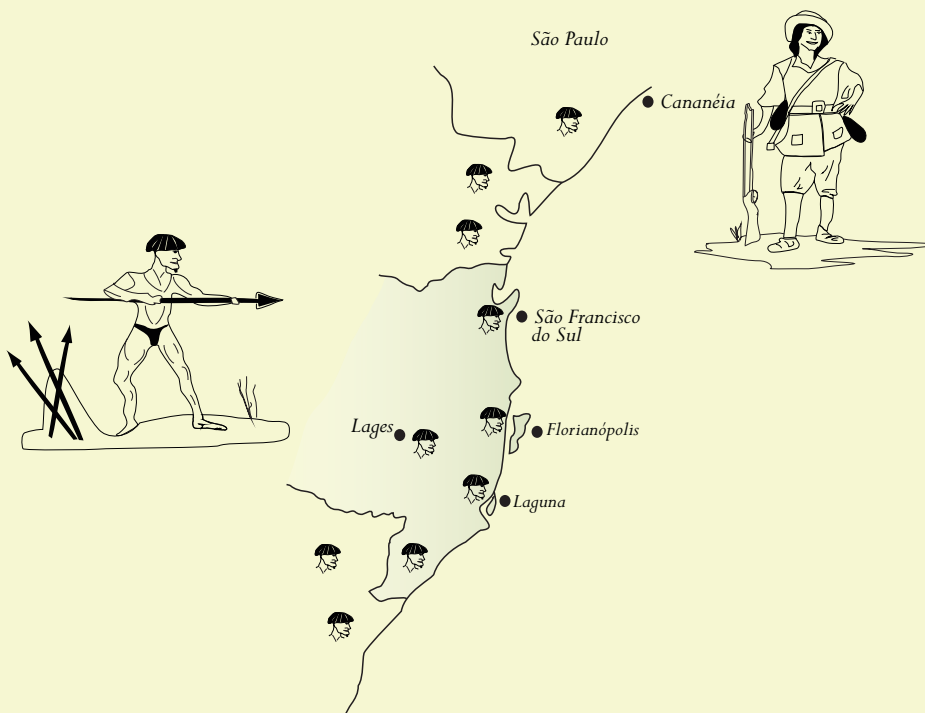
Na audiência pública de 22 de outubro de 1923, constatam-se 54 moradores ilegais (posseiros) na área concedida pelo Governo do Estado a Luiz Bertoli, na região, a partir da “embocadura do ribeirão do Campo, visto que não existe marco divisório das terras concedidas a Vitor Gaertner, por não se achar até a presente data concluída a referida medição”, e tais posseiros eram: Jesuíno Dorval da Silva, Antônio Moreira Paz, Sebastião Antônio de Oliveira, Honório Ferreira do Amaral, Jorge Valente Sobrinho, Vidal Pereira de Jesus, João Maria Pereira de Jesus, Eleodoro Alves de Morais, Adélio Rocha,

Cipriano Marafigo, Cirilo Francisco da Silva, Manoel Alves de Moraes, Urbano Alves de Moraes, Oscar Alves de Moraes, Eleutério Saldanha Varela, Antônio de Haro Varela, Joaquim José de Albuquerque, Artur Pereira da Silva, Antônio Felix Marcondes, Victorino Lopes Padilha, além de inúmeros outros. (PIAZZA, 1975).

Os kaingangs, xoklengs e tupis

Antes da chegada dos paulistas que desceram de Cananéia no litoral de São Paulo até Santa Catarina para fundar as primeiras cidades catarinenses de São Francisco do Sul, Florianópolis, Laguna e Lages, viviam os povos indígenas kaingangs, Xoklengs e Tupis (Carijós).

Os Kaingáng e os Xokleng do planalto meridional brasileiro são indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, família Jê, que ocupavam extensa área hoje correspondente aos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Viviam em regime de semi-nomadismo, sendo suas atividades de subsistência a caça, coleta e a agricultura de pequena monta. Tinham como vizinhos litoraneos os índios Tupi designados como Carijós pelos portugueses, e que no primeiro século da colonização foram praticamente varridos do mapa, alvo que foram dos caçadores de escravos. Nas encostas do planalto, nos vales e região dos afluentes do Paraná refugiaram-se Kaigáing Xokleng, protegidos pela topografia e pela floresta - mata da Araucária (*Araucaria angustifolia*) e mata subtropical (DEMARQUET, 1983).



Nossa Senhora da Graça da Ilha de São Francisco (1658)

São Francisco do Sul é a mais antiga fundação, 1658, tendo como fundador Manoel Lourenço de Andrade que ali viveu até a sua morte, em 1666. E colonizada por portugueses, São Francisco do Sul é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil.

Nas citações do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire em visita ao sul do Brasil, os carijós se aproximaram dos portugueses antes mesmo da fundação da cidade:

↑ (...). Mais tarde alguns paulistas, que tinham conhecimento da fertilidade da região, vieram fixar-se ali. Os Carijós juntaram-se aos forasteiros. A população do lugar aumentou rapidamente, e antes do ano 1656 já havia sido construída uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Graça na Ilha de São Francisco (...). (SAINT-HILAIRE, 1978).

Nossa Senhora do Desterro (1673)

O historiador Donald Woster, considera que a história ambiental diz respeito do papel da natureza na vida humana, rejeitando a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais.

Os principais fatos ocorridos na ilha de Santa Catarina, desde a sua descoberta até a sua fundação, passam pelas histórias dos povos indígenas carijós, que chamavam o local de Meimbipe, o que significa “montanha ao longo do mar”. Os historiadores e os próprios estrangeiros nas suas narrativas, falam do Carijó, como um povo receptivo “gentio”.

João Carlos Mosimann, no seu livro “Porto dos Patos: 1502-1582. A fantástica e verdadeira história da ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos”, descreve:

↑ A ilha tinha importância estratégica para o abastecimento de navios que faziam a rota sul das Américas durante a primeira metade do século XVI. Na Ilha de Santa Catarina e nas terras firmes logo em frente (onde hoje é o Massiambu) habitavam índios “manos”, que colaboravam com os navegadores fornecendo-lhes comidas, água, madeira em troca de bens fornecidos pelos europeus. (MOSIMANN, 2004).

O historiador Osvaldo Rodrigues Cabral no seu livro “História de Santa Catarina”, faz referência ao convívio dos indígenas com os naufragos europeus no sul da Ilha de Santa Catarina:



(...). No século XVI, se tem registro de três grandes naufrágios na região da Praia da Pinheira. Eles deixaram aqui náufragos, degredados e desertores que passaram a conviver com os índios. Desta maneira, os carijós passaram a receber os europeus na região. (...). (CABRAL, 1970)

Segundo o historiador Walter Fernando Piazza na sua obra “A Colonização de Santa Catarina”, o primeiro naufrágio ocorreu em 1516,



foi de um barco de expedição de Juan Díaz de Solís, a serviço da Espanha, rumo ao Rio da Prata. No retorno dessa expedição, uma das embarcações naufragou no sul da ilha de Santa Catarina, entre os náufragos estavam Aleixo Garcia, Henrique Montes, português, Melchior Ramires, espanhol e Francisco Pacheco, negro, além de outros seis, e todos se ligaram aos indígenas. (PIAZZA, 1988).

Um dos náufragos dessa nau era Aleixo Garcia, que se tornou famoso devido a sua jornada até os Andes – na busca pelo Eldorado – partindo do litoral de Santa Catarina, junto com vários nativos. (MOSIMANN, 2004).

Em 1526 aconteceu o segundo grande naufrágio, o da nau espanhola de Sebastián Caboto, que seguia rumo ao Pacífico. A embarcação foi avariada na região do extremo sul da ilha, o conserto da embarcação durou cerca de um ano, tempo necessário para Sebastián Caboto trocar o nome de Porto dos Patos, para Ilha de Santa Catarina e construir uma igreja. Mesmo sendo este um período curto de permanência, é considerado como a primeira ocupação européia no litoral sul das Américas, por conta de que alguns de seus marinheiros ficaram por aqui depois da partida de Caboto, casaram com índias carijós, incorporaram-se às tribos e com elas tiveram muitos filhos. Além destes tripulantes da esquadra de espanhola, outros navegantes de diversas nacionalidades – mas principalmente espanhóis – foram ficando nos anos seguintes, decorrentes dos naufrágios dos seus barcos ou por deserção. (PEREIRA, 2004).

Dez anos após o naufrágio de Solís, o galeão San Gabriel do capitão Don Rodrigo de Acuña, em 1526, perdeu um batel defronte a Baía Sul, entre 28°S e 27°S. No batel estavam quinze tripulantes e duas arrobas de ouro que adquiriram com os náufragos da expedição de Juan Diaz Solís, segundo João Carlos Mosimann:



Os náufragos tinham esse ouro devido à viagem de Aleixo Garcia aos Andes, onde roubou populações que tinham o ouro como metal comum. Mesmo morrendo no trajeto de volta à ilha, os nativos que com ele estavam acabaram a jornada chegando novamente ao litoral de Santa Catarina. (MOSIMANN, 2004).

Entre 1527 até 1660, por mais de um século a região ficou esquecida e foi somen-



te visitada por navegadores de diversas nacionalidades, principalmente espanhóis. Houve, inclusive, algumas tentativas de ocupação espanhola, frustradas devido a importância estratégica da Ilha para a coroa Portuguesa. (VÁRZEA, 1984).

Com a União Ibérica, ocorrida entre 1580 e 1640, na qual os dois países se unem sob o mesmo soberano, o rei Felipe II da Espanha, ficam suspensas as disputas pelo território, permitindo a expansão das terras para além das Tordesilhas, algo que impulsionou o movimento conhecido como “bandeirismo” formado por habitantes da Capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo, que rumaram às terras mais afastadas do litoral à procura de índios para o trabalho e metais preciosos.

Em 1673, o paulista Francisco Dias Velho Monteiro, funda a Nossa Senhora do Desterro, que transfere a Capitania de São Vicente para a Ilha de Santa Catarina, com seus familiares, alguns religiosos e índios domesticados com o objetivo de iniciar ali uma povoação. Constrói uma igreja em louvor à Nossa Senhora do Desterro e providencia a abertura de algumas lavouras. (SILVA, 1996).

Após os esforços da Coroa Portuguesa empreendidos em Açores e Madeira, chegam os novos ilhéus às terras catarinenses. Atendendo às solicitações do Brigadeiro Silva Paes que estavam em consonância com os planos de Portugal para o litoral sul-brasileiro, ficam estabelecidas por meio de uma nova Provisão Régia, a de 9 de agosto de 1747, as atribuições desse Brigadeiro no processo de colonização da ilha de Santa Catarina. (PIAZZA, 1988).

Santo Antônio dos Anjos de Laguna (1676)

Em 1494, foi realizado o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, com o objetivo de dividir as terras já descobertas ou ainda a descobrir. O local onde se encontra Laguna era o último ponto meridional pertencente a Coroa Portuguesa.

Em 1676, Laguna foi fundada pelo capitão Francisco de Brito Peixoto, com o nome de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, que era filho de Domingos de Brito Peixoto, que foi morto, durante a conquista das terras na enseada de Mampituba, que era chamada pelos navegadores espanhóis de Laguna de Los Patos. Depois da morte de seu pai, Francisco de Brito Peixoto assumiu o controle e, em 1794, elevou à categoria de Vila. (CABRAL, 1970).

Após ter o título de capitão-mor, pela Coroa Portuguesa, Francisco de Brito Peixoto deu início a marca de mestiçagem mais conhecida da região, se relacionando com índias carijós, como descreve o escritor Luiz Gonzaga Leme:



O capitão-mor teve quatro filhas, sendo duas delas com índias carijós (supostamente mulheres livres) e outras duas com índias administradas (Ana de Brito e Maria de Brito). Estas duas filhas resultantes de uniões com mulheres cativas tinham, ao que parece uma posição social um pouco inferior, o que pode ter tido algum reflexo no próprio prestígio dos seus respectivos maridos, João de Magalhães e Agostinho Guterres. Coincidentemente ou não, as outras filhas, geradas por mães livres (Ana da Guerra e Catarina de Brito), fizeram bons casamentos, com sujeitos de renome naquela sociedade, respectivamente Diogo da Fonseca Martins e José Pinto Bandeira. (LEME, 2002).

Nossa Senhora dos Prazeres dos Sertões das Lages (1771)

No ano de 1728, Francisco Souza Faria conseguiu abrir uma picada que subia pelo rio Araranguá, atingia os campos de Lages e daí subia para Curitiba e São Paulo. Por esse novo caminho, o gado aprisionado no Rio Grande passou a seguir diretamente para São Paulo. (SANTOS, 1977).

Lages teve a sua fundação e seu desenvolvimento econômico condicionados pela atividade pecuária, visto que se constitui como rota de abastecimento com a produção, o comércio e transporte de gado vacum, cavalar e muar para províncias adjacentes atreladas ao mercado agroexportador (MACHADO, 2004).

Em 1771, Lages foi fundada por Antônio Correia Pinto de Macedo, a mando do presidente da província de São Paulo, Antônio Luiz Botelho Mourão Morgado de Matheus, segundo Claudio Nunes Pereira:



Corrêa Pinto chegou ao local que lhe fora indicado, nas Taipas em novembro de 1766 e logo tratou de levantar uma capela de madeira, colocando-a sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, da especial devoção do Morgado. Em 22 de maio de 1771, reuniu os habitantes e declarou fundada a vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lages. (PEREIRA, 2006).

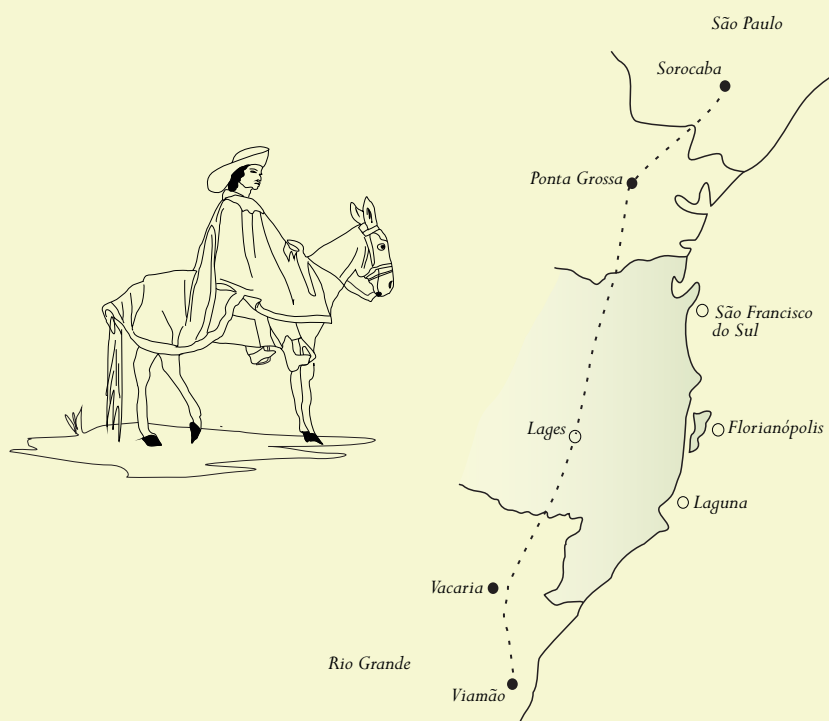
Em 1777, o governo da Capitania de São Paulo, o Capitão-General Martins Lopes Lobo de Saldanha, solicitou o primeiro cadastramento da população da vila de Lages. Antonio Corrêa Pinto de Macedo, capitão-mor regente da vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lages, declarou que a população era de 662 pessoas. Dessas, eram 367 entre brancos e pardos, 94 índios, 119 cativos e 10 pretos forros. (PEREIRA, 2006).

Lages foi incorporada da administração provincial de São Paulo à província de Santa Catarina em 1820. Faziam parte do termo de Lages as freguesias de Nossa Senhora do Patrocínio dos Baguaes (atual Campo Belo), São João Batista dos Campos Novos (atual Campos Novos), São Joaquim do Cruzeiro da Costa da Serra (atual São Joaquim) e Nossa Senhora da Conceição de Coritibanos (atual Curitiba), sendo



a vila de Lages a sede política da região.

Localizada entre as duas importantes províncias, São Paulo e Rio Grande do Sul, Lages em Santa Catarina servia como um corredor, entre o centro produtor (produção de gado no Rio Grande do Sul) e outro consumidor (consumo de gado em São Paulo). E, foi assim que as tropas entre Viamão e Sorocaba, foram se estabelecendo nas vilas e trocando informações e mercadorias. Pelo litoral, por onde também circulavam tropas vindas do extremo sul em direção ao norte, havia a Estrada do Litoral, que passava por Laguna, Florianópolis e São Francisco do Sul. Portanto, no eixo norte-sul, tínhamos dois grandes caminhos: Viamão-Sorocaba e Estrada do Litoral. (GOULARTI FILHO, 2019).




As novas vilas do planalto e litoral catarinense

No Planalto catarinense, próximo de Lages foram fundadas as vilas de Nossa Senhora da Conceição de Curitibanos, que também ficava às margens do caminho Viamão-Sorocaba, e São Joaquim da Costa da Serra, atual município de São Joaquim, no caminho entre Lages e Laguna, em direção ao litoral sul, cruzando a Serra Geral. Os municípios da serra catarinense, além de se beneficiarem do flu-


xo das tropas, faziam comércio com os açorianos do litoral, através da troca de pescados, farinha de mandioca, melado e aguardente de cana, por animais vivos usados na tração animal (carroças, carretões e carros de boi) e, produtos derivados de carne e leite (charque e queijos). (GOULARTI FILHO, 2019).

No litoral, a Vila de São Bom Jesus dos Aflitos de Porto Belo - atual município de Porto Belo, recebeu em 1817, uma das primeiras colônias de imigrantes portugueses, denominada de Nova Ericeira, na Enseada de Garoupas. Em 1824 a Colônia foi elevada à freguesia com a vinda de novos colonos portugueses. Pelo Decreto Imperial de 1832, foi criado a Vila e posteriormente o Município de Porto Belo, desmembrado de São Francisco do Sul, segundo Arlete Assumpção Monteiro:




Em 1832, a freguesia apresentava 2.164 indivíduos livres e 446 escravos. Nesse mesmo ano, foi elevada à categoria de Vila com a denominação de Porto Belo, devido a beleza da região. A mudança do nome de Colônia de Nova Ericeira para Porto Belo pode ser atribuída à Independência do Brasil quando uma política cultural foi implantada onde se deveria apagar tudo que lembrasse a Portugal. Entre o mar e a serra, em plena Mata Atlântica, os colonos portugueses viviam, rodeados de animais ferozes e de índios que habitavam as proximidades, denominados Carijós, da nação Tupi-Guarani. (...). (Monteiro, 1987).

Em 1824, após estabelecidos os limites da divisão dos municípios de São Francisco do Sul e Porto Belo, foi fundada a cidade de Itajaí de acordo com Edison D'Ávila:



A chegada dos primeiros moradores brancos ao Vale do Itajaí se deu no século XVII. Eram paulistas à procura de ouro e outros metais preciosos. João Dias de Arzão foi o primeiro sesmeeiro a se estabelecer com fazenda às margens do rio Itajaí-açu, em 1658. Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, natural do Rio de Janeiro, em 1820, fez a primeira tentativa de estabelecer um núcleo colonial no Vale do Itajaí, na hoje região de Itaipava, junto do rio Itajaí--mirim. O comerciante português, antes radicado em Desterro, Agostinho Alves Ramos, fixou residência na foz do rio Itajaí-açu, possivelmente em 1823. Com ele se dá início à formação do aglomerado urbano de Itajaí, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí, em 31 de março de 1824, data de fundação da cidade de Itajaí. (D'ÁVILA, 1982).

O primeiro negociante estabelecido em Itajaí, Agostinho Alvares Ramos, com uma casa de secos e molhados, deu início ao processo de colonização com os antigos moradores das margens do rio Itajaí, afirma o historiador José Ferreira da Silva:



Segundo informações que nos foram fornecidas, mas cuja autenticidade não temos ainda em que basear, habitavam as margens do Itajahy em 1825, além de alguns caboclos possuidores de pequenas áreas, os seguintes: Na margem sul (direita) Alexandre de Azeredo Leão Coitinho de quem já fizemos menção e que era proprietário da fazenda



da nas Cabeçadas; Manoel Cordeiro, com seus parentes, cultivava as visinhanças do Itajahy-mirim até aos Espinheiros; Francisco de Souza – de Espinheiros até as imediações da barra do Luiz Alves; Major (depois Tenente Coronel) José Henrique Flores – que possuía duas léguas quadradas da barra do Luiz Alves até pouco abaixo do Gaspar; Em Gaspar morava Bento Dias que vendeu, mais tarde, a sua terra ao Dr. Blumenau. Na margem Norte (esquerda): Do Mar até Pontal, moravam muitos caboclos, quase todos pescadores pobres; de Pontal até Saco Grande, Maximo Pereira dos Santos; Até Salseiro, a família Machado que sucedeu aos irmãos Vieira; De Salseiro até Pedra de Amolar, morava Domingos de Azeredo Leão Coitinho, irmão de Alexandre. Construiu sua casa no lugar Volta Grande, tendo, mais tarde, vendido terra e casa a João Dias da Silva Mafra, cujos descendentes ali ainda existem; De Pedra de Amolar até defronte á Ilhota, João de Azeredo Leão Coitinho, filho de Alexandre, que possuía duas leguas quadradas; Dahi até Pocinho, Antonio Teixeira Camilo; Acima de Pocinho, Luiz Dias de Arzão; no Estaleiro das Náos, entre outros, Joaquim Alves. (SILVA, 1932).


Os interesses do Império e dos Capitalistas Europeus

O Brasil vivia um momento político instável, com D. Pedro I no reinado. Nesse período, o interesse da Coroa era manter um povoado próximo à vila de Lages, e para garantir o domínio das terras ao sul, resolveu criar a primeira colônia com imigrantes não-lusitanos, nas margens da estrada que ligava Desterro à Lages.

Em 1829, foi fundada a cidade de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã de Santa Catarina, com 523 alemães, originários principalmente de Bremen. A eles se juntaram 112 soldados da Legião Alemã, desengajados no Rio de Janeiro. Despachados pelo Inspetor da Colonização Estrangeira, monsenhor Pedro de Miranda Malheiros, segundo Walter Fernando Piazza:

(...). chegaram ao porto do Desterro 635 pessoas, 276 no navio Luiza - em 7 de novembro - e 359 no Marquês de Viana - no dia 12 do mesmo mês. A eles se juntaram, em novembro de 1829, 50 colonos transportados pelo brigue Lucinda, quase todos soldados do 28º Batalhão da Corte e, em dezembro de 1830, mais nove pessoas, pelo bergatim Santa Catarina. A colônia era um empreendimento oficial, bancado pelo governo, a quem caberia receber os imigrantes, oferecer os lotes e garantir-lhes a subsistência até a terra suprir o sustento da família, e sofreu com o momento político conturbado. A imperatriz morrera, o imperador abdicaria poucos anos depois e o período de regência descuidou do projeto. O Governo da Província procurou remediar, mas tinha poucas condições para tanto. Os colonos esperaram longamente pela demarcação dos lotes, e o pagamento das diárias demorou a ser honrado. Houve tumultos, causados pelos antigos soldados, que aos poucos deixaram a região. (PIAZZA, 1994).

Em 1931, D. Pedro I abdicou do trono e o país entrou no período Regencial. O Regente Diogo Antônio Feijó, passou a criar as colônias através de Leis, como descreve Walter Fernando Piazza:



(...). A Lei nº 11, de 5 de maio de 1835, estabelecia a fixação de duas colônias, de nacionais e de estrangeiros, nos rios Itajaí e Itajaí-Mirim. Foram assim implantados os arraiais de Pocinho, no Rio Itajaí-Açu, e do Tabuleiro, no Itajaí-Mirim. A mesma lei ainda estabelecia a criação de outros dois arraiais, um no Ribeirão Conceição e outro em Belchior. E em 1836 a Lei nº 49 autorizou “a colonização por empresas, quer por companhias, quer individualmente, tanto a nacionais, como a estrangeiros”. Nessa lei se basearia, mais tarde, a Colônia Nova Itália. A Lei nº 79, de 1837, assim como a nº 142, de 1840, também se referem à colonização. (PIAZZA, 1994).

Com a posse de D. Pedro II como imperador, a legislação provincial passou a ser seguida pela Lei nº 234, de 31 de março de 1847, que dispunha sobre a instalação de imigrantes alemães recém-chegados, sendo assim criadas, ao lado do caminho das tropas as Colônias de Santa Isabel (Águas Mornas) e a Colônia Militar de Santa Teresa (Alfredo Wagner). Data também desse período -1850 - a “Lei de Terras”, um importante estímulo à colonização. (PIAZZA, 1994)

O anúncio de que Santa Catarina estava aberta para conceder terras para a instalação de colônias de imigração despertou interesses de capitalistas europeus que apostavam na expansão de seus negócios para o continente americano. Estados Unidos, Argentina e Brasil transformaram-se nos principais destinos do grande fluxo migratório da segunda metade do século XIX. Para organizar a vinda e a instalação dos imigrantes, era comum a organização de companhias colonizadoras que ficariam responsáveis por financiar e administrar as colônias. (SILVA, 1972).

A Colônia Particular do Dr. Blumenau (1850)

O envolvimento de Hermann Blumenau com acionistas alemães - pessoas com recursos financeiros, firmas comerciais e de navegação - e as Sociedades formadas por estes investidores, com o objetivo de fomentar os projetos de emigração e colonização, despertou o interesse na criação de uma colônia particular no Brasil, que poderia ser um grande negócio financeiro, por conta do agenciamento, transporte e fixação dos imigrantes. (BULL, 2014).

Em 1846, o alemão Hermann Bruno Otto Blumenau desceu no porto do Desterro e partiu a pé até Itajaí. Constituiu sociedade com o comerciante Fernando Hackardt, com quem subiu, em janeiro de 1848, o Rio Itajaí-Açu, passando pelos vários estabelecimentos já existentes em suas margens, como a Fazenda das Flores, a Colônia Belga, Pocinho e Belchior. O percurso de Itajaí até Blumenau, foi realizado por um canoeiro chamado Angelo Dias, morador da região. (CABRAL, 1970).

Hermann, organizou uma empresa particular com Hackardt, a Blumenau & Hac-



kardt, que comprou terras nas imediações do Ribeirão Garcia, onde operaria com agricultura e indústria. (PIAZZA, 1994). Blumenau e Hackardt precisavam preparar os lotes, demarcando e cultivando-os, para isso, necessitavam de mão de obra para a derrubada e queima da mata que ocupava toda a extensão das terras, e para construir as benfeitorias necessárias, como engenhos, serrarias e moradias. (BULL, 2014).

Para Vanessa Nicoletti Bull, ainda em 1848, Blumenau recebeu de seu pai - por meio do irmão Julius - a quantia de 4.000 Thalers. Este dinheiro foi utilizado para a “aquisição de alguns pretos” para o andamento dos trabalhos. Suas relutâncias são expressas na carta que escreveu aos pais enquanto estava em Desterro: “Quando Hackardt seguiu ao Rio de Janeiro para buscar o dinheiro, resolvemos que traria também alguns negros, e assim ele arranhou quatro homens e uma mulher, que sabe cozinhar, lavar e passar roupa. Estes negros custaram-nos, inclusive viagem etc., 2:700-\$000 o que não representa má compra. Ambos nós tínhamos pouca vontade para tal solução, mas não vimos outra saída. Somos agora donos destes negros, e com esperanças de não passar mal com esta aquisição, sendo que, com exceção de um que pode ter os seus 38 a 40 anos, eles são jovens, fortes e com boa saúde. O preço aqui na região é de 600\$000 a 700\$000 para cada.”

Em 1850, Hermann Blumenau voltou para a Alemanha e trouxe 17 imigrantes para dar início à sua colônia. No retorno, Hackardt decidiu sair da sociedade e, em 02 de setembro de 1850, Hermann fundou sozinho a Colônia Blumenau. (PIAZZA, 1994).

Com uma ampla divisão social do trabalho, a colônia de Blumenau, fundada no regime da pequena produção, apresentava uma diversidade de pequenas fábricas que atendiam demandas locais. Em 1855, eram 249 habitantes, mesmo com as dificuldades, que Hermann Blumenau tinha para atrair novos imigrantes, o número de habitantes em 1860 passou para 947. (PIAZZA, 1994).

Durante a Colônia Particular, o acesso em direção ao litoral - vila e porto de Itajaí - a comunicação de Blumenau se dava por meio de uma estrada construída na planície fluvial do rio Itajaí-Açu, além da navegação fluvial feita por pequenas embarcações que transitavam pelo rio que era plenamente navegável ao longo dos 72 quilômetros. (GOULARTI FILHO, 2019).

Em 1857, a colônia de Blumenau recebeu a visita do Capitão Pinto, que, partindo da Colônia Militar de Santa Teresa (Alfredo Wagner), seguiu às margens do rio Itajaí do Sul até o encontro com o rio Itajaí-Açu, chegando à colônia alemã. A epopeia de 22 dias do Capitão Pinto de descer a serra e chegar até Blumenau revelou à comunidade local que era possível vencer as correntezas do Itajaí-Açu e a íngreme

serra do oeste para chegar aos solos férteis do planalto serrano por meio de uma estrada. O relato da viagem do capitão está registrado numa carta escrita pelo colono Alexandre Burger a parentes na Alemanha. (GOULARTI FILHO, 2019).



Após dez anos à frente da sua colônia, e com a escassez de recursos financeiros, as enchentes, os ataques de “bugres”, a dificuldade de trazer mais imigrantes e a concorrência exercida pela Colônia Dona Francisca foram fatores que levaram Blumenau a pedir à Corte que lhe comprasse as terras. As negociações culminaram com a assinatura de um acordo em 1860. A partir da assinatura do acordo, todas as terras que Hermann Blumenau possuía no Rio Itajaí, passaram ao domínio do Governo Imperial, que lhe pagaria 120 contos de réis. Deste valor, abater-se-iam 85 contos de réis, que o governo já era credor. Além disso, Blumenau deveria permanecer à frente dos negócios, como diretor da colônia. (PIAZZA, 1994).

A Colônia Pública Imperial de Blumenau (1860-1880)

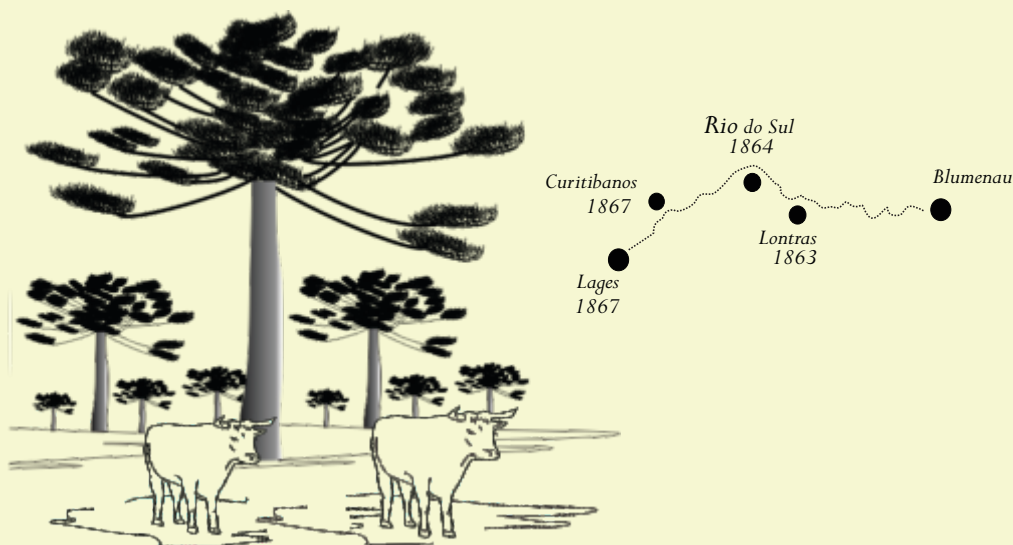
A colônia Pública Imperial entre os anos de 1860 e 1880, onde Hermann Blumenau foi nomeado ao cargo de diretor, ganhou um novo formato, como descreve Vanessa Nicoleci Bull:



(...). Durante os anos de administração pública, a direção colonial foi composta pelos mesmos indivíduos que já possuíam alguma função de destaque no período anterior. Contudo, como o formato da colônia era outro, o núcleo dependia das ordens do governo e das verbas públicas para seu funcionamento. Durante a Colônia Pública, houve um processo de adequação da administração às exigências que o governo fazia e neste processo os colonos interferiram ativamente, sobretudo por meio do Conselho de Colonos, órgão necessário na colônia pública e que gerava conflitos e disputas com o diretor colonial. (BULL, 2014).

Em 1862, analisa Alcides Goularti Filho, com o intuito de alcançar o planalto serrano e ampliar os horizontes da colonização de Blumenau na busca de novos espaços de valorização do capital, foi organizada a primeira expedição em direção à “parte superior do rio Itajaí grande, que vem de cima da serra” comandada pelo engenheiro Emil Odebrecht. O objetivo dessa expedição era conhecer o interior da província e estabelecer uma “comunicação direta com a grande estrada geral de cima da serra Viamão-Sorocaba”.

A expedição partiu de Blumenau no dia 14 de janeiro de 1863 e retornou no dia 21 de fevereiro, tendo percorrido apenas o curso do rio Itajaí-Açu até o Salto Pi-lão (atual município de Lontas). A segunda expedição ocorreu em maio de 1864, e chegou até o encontro dos rios Itajaí do Oeste com o rio Itajaí do Sul - onde atualmente fica a cidade de Rio do Sul. E por fim, a terceira e maior expedição ocorreu entre maio e agosto de 1867, quando Odebrecht chegou a Curitibanos e Lages margeando os rios Itajaí-Açu, Itajaí do Oeste e Taíó. (GOULARTI FILHO, 2019).



A emancipação política fazia parte de um processo provido pelo Governo, visando alterar as condições das colônias pertencentes ao Império. Nos anos finais da década de 1870, o Brasil foi marcado por uma grave crise econômica, devida, entres outras causas, às dívidas internas e externas e aos gastos públicos com a seca do Nordeste. Além disso, os números da imigração não correspondiam à expectativa do governo e das elites. Com isso, a emancipação de várias colônias entre 1878 e 1881 estava dentro do plano do Governo Imperial de reduzir as despesas com imigração e colonização. (MACHADO, 1999).

A Lei nº 860, de 4 de fevereiro de 1880, elevou a colônia à categoria de município, e declarava extinta a Colônia Blumenau. Somente em julho de 1882, é realizada eleição da primeira Câmara Municipal, e no dia 10 de janeiro de 1883 é oficialmente instalado o município. Seu primeiro governante foi o Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, José Henrique Flores Filho entre 1883 e 1887. (SILVA, 1972).

Em 1884, Hermann Bruno Otto Blumenau retorna à Alemanha e escreve uma carta, de despedida enviada ao Imperador D. Pedro II, em 20 de outubro de 1884, como relata Gilberto Schmidt-Gerlach:



“Retiro-me profundamente comovido desta bela pátria adotiva em que passei os dias mais felizes como também os mais tristes de minha vida”. Hermann B. O. Blumenau, a bordo do vapor Strassburg, em 20.10.1884, em carta de despedida enviada ao Imperador D. Pedro II. (SCHIMIDT-GERLACH, 2019).

A decisão do Dr. Blumenau, em abandonar a sua colônia, e retornar para a terra natal, ofuscou a imagem de mito intelectual (filósofo e doutor), passando a impressão de que a imigração, poderia ter sido somente um negócio, mesmo diante do conjunto da sua obra. Para Carla Fernanda da Silva, o historiador blumenauense, José Ferreira da Silva, tenta amenizar a decisão do retorno de Hermann Bruno Otto Blumenau, alegando motivos pessoais:



(...). Ferreira da Silva afirma que “o regresso do Dr. Blumenau à terra natal, obedeceu aos desejos da esposa. Que nunca pode adaptar-se à falta de comodidades e do conforto que fora acostumada na Alemanha.” Assim, o fundador cede às pressões familiares, contrariando seus desejos de permanecer na colônia; e que são forças externas que o afastam de sua obra. Desta forma, o autor preserva o mito de Hermann Blumenau como herói que sempre está lutando contra as adversidades que o afastam de sua ‘cidade’. (...). (SILVA, 2008).

Com a ausência do Dr. Blumenau na colônia, outro mito ganhou os holofotes da cidade, desta vez, como um sábio e cientista, trata-se de Fritz Muller, um alemão naturalista. Segundo Carla Fernanda da Silva, na carta que Fritz Muller, escreveu ao



irmão Hermann Muller em 26 de julho de 1871, o intelectual expressou pensamentos diferentes dos brasileiros nacionalistas:

O sul do país — Rio Grande, Santa Catarina e Paraná — poderia tornar-se território preponderantemente alemão, se o governo da Alemanha, em vez de promover a emigração para aqui, não lhe opusesse obstáculos de toda espécie. Infelizmente não é assunto que se possa discutir na imprensa. Decerto não podemos dizer com franqueza que perspectiva teria uma numerosa emigração alemã de tornar-se o poder dominante no sul do Brasil e suplantando um dia, de todo, o elemento latino decadente. (SILVA, 2008).

Nos últimos anos do Império, antes da abolição dos escravos através da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o Imperador D. Pedro II, atendeu ao pedido dos interesses privados locais e autorizou por meio de Lei, a contratação de uma empresa para construir a estrada Blumenau-Curitibanos, segundo Alcides Goularti Filho:

Em 1887, com o intuito de atender os interesses privados de capitalistas blumenauenses, a Lei Provincial 1.160, de 11 de novembro de 1887, autorizou o presidente da província a contratar uma empresa que fizesse a ligação de Blumenau a Curitiba por um privilégio de 30 anos se a estrada fosse cargueira, e de até 40 anos se fosse de rodagem. Numa imbricada relação entre Estado e interesses privados, a concessão foi repassada à Companhia Construtora da Estrada Blumenau-Curitibanos. Contudo, para executar as obras, a companhia necessitava de recursos financeiros e teria que assumir o risco pelo capital investido. Dada a baixa acumulação de capital regional, a Companhia Construtora não teve capacidade de assumir o compromisso. E dentro da tradição brasileira da “fuga para frente” e da acomodação de interesses privados, o Estado teve que assumir o comando administrativo e financeiro das obras da Estrada Blumenau-Curitibanos. (GOULARTI FILHO, 2019).


A Nova República e o Alto Vale do Itajaí (1889)

Segundo o escritor Mario Maestri em sua obra “Revolução e contra-revolução” a imigração no período republicano, teve um crescimento após a implantação da Lei Áurea de 1888:

O fim do escravismo, em 13 de maio de 1888, permitiu que centenas de milhares de imigrantes entrassem no país, atraídos pela alta remuneração que lhes assegurariam, esperavam, concretizar o sonho da posse da terra, miragem que se realizaria em forma parcial, sempre através de imenso esforço. (MAESTRI, 2019).

Com a agitação política que o país se encontrava, e a aceleração da conspiração republicana, após a vitória liberal estrondosa nas eleições, muitos federalistas passaram a circular pela estrada (picadão) do Alto Vale do Itajaí, entre Blumenau e Curitiba.


Em 15 de novembro de 1889, ocorreu a queda do Império, com a proclamação da República. Para Alcides Goularti Filho, os investimentos do novo governo em infraestrutura, influenciou diretamente na chegada dos primeiros moradores na região do Alto Vale do Itajaí, com a construção e ampliação da estrada Blumenau-Curitiba:



Na esteira de novos investimentos realizados pela jovem República em infraestrutura, e atendendo as demandas dos estados de Santa Catarina e Paraná, o Decreto Federal 270, de 31 de dezembro de 1894, autorizou um empréstimo de 4.000:000\$000 para ser dividido entre as duas unidades federativas. A obtenção desse empréstimo revela o tratamento diferenciado que os republicanos positivistas tinham em relação à necessidade de modernizar as estruturas produtivas nos estados. Com a liberação dos recursos as obras seguiram num ritmo constante, chegando a uma extensão de 80 quilômetros trafegáveis para carros, até próximo o núcleo colonial de Rio do Sul (fundado em 1892). (GOULARTI FILHO, 2008).


A tentativa de colonização alemã em 1875 no Alto Vale do Itajaí

No período da Colônia Pública Imperial de Blumenau, tendo à frente como diretor Hermann Blumenau, foi realizada a primeira tentativa de povoamento em Lontras, no Alto Vale do Itajaí. Para Victor Lucas, a instalação do núcleo, ocorreu em 1875:



No ofício nr. 75, de 14 de outubro de 1878, antes, pois, do artigo publicado pelo jornal de Blumenau, o Dr. H. Blumenau, abordou, também, a situação da estrada de Blumenau-Curitiba. Registro, aqui, a parte, pelo que possui de histórico: “Do lugar de Aquidaban, no Ribeirão do Neisse, ponto êste, que atualmente deverá ser considerado como o inicial da estrada, até o ribeirão das Lontras - 37,5 quilômetros - o caminho está suficientemente aberto e em melhoramentos porque, perto dêste último ribeirão, últimamente, foram estabelecidas 58 famílias lombardas, que dêle carecem para a sua existência naquela já bastante avançada e remota localidade”. Prova-nos, êste ofício, que a localização dos colonos lombardos em Lontras deu-se aí pelo ano de 1875. (LUCAS, 1960).

No final do seu mandato como diretor da Colônia Pública Imperial de Blumenau, Hermann Blumenau, teve dificuldades para manter os colonos alemães em Lontras. Para Victor Lucas, o telegrama expedido pelo Dr. H. Blumenau, da estação de Itajaí, em data de 15 de dezembro de 1879, revelou a inviabilidade de manutenção do posto avançado de colonização no Alto Vale do Itajaí:



(...). o telegrama expedido pelo Dr. H. Blumenau, da estação de Itajaí, em data de 15 de dezembro de 1879 e que é do seguinte teor: “Blumenau, 13 de dezembro de 1879. Vieram hoje, 13, do distrito de Riachuelo, cinquenta e um pais de família lombardos, pedindo seus salários atrasados e aumento dos mesmos de 1\$500 rs. para 2\$000 rs.



Tendo já dantes lançado mão de todos os recursos e lhes pago o setembro, dei, hoje, ainda 5\$000 rs. a cada um por conta, mas agora sou ao cabo daqueles e careço com máxima urgência de dinheiro, porque tenho ainda esperar muitos outros inconvenientes graves. Dr. Blumenau”. (...).(LUCAS, 1960).

Os pioneiros do Alto Vale do Itajaí (1867-1891)

Com a conclusão da abertura da estrada (picadão) entre Blumenau e Curitiba, em 1867, o Alto Vale do Itajaí passou a ser povoado lentamente por moradores de diferentes etnias, não seguindo os modelos de núcleos tradicionais. No telegrama de 07 de dezembro de 1879, segundo Victor Lucas, Dr. Blumenau faz referência ao grupo de italianos que já estavam em Lontras, quando da tentativa de povoamento do núcleo avançado da Colônia de Blumenau:

(...). “Blumenau, 7 de dezembro de 1879. Lotes preparados com derrubadas e casas não existem, sendo aqui o costume que os próprios emigrados executem tal serviço. No Salto do Pilão há 30 lotes disponíveis, mas por causa da desastrosa seca será impraticável, agora, colocar ali mais colonos ao lado dos italianos já existentes em melindrosas circunstâncias. Nos demais distritos existem cerca de 40 lotes, parte, porém, de mui inferior qualidade. Se me forem concedidos, desde já, poderes, dinheiro e mais um agrimensor ou dois, julgo que no novo distrito da Itoupava, não tendo dinheiro, nem para os primeiros pagamentos aos novos imigrados e dentro de seis a oito semanas, se poderão medir 50 lotes e mais. Atualmente careço dê-lo com a máxima urgência. Dr. Blumenau”. (...).(LUCAS, 1960).

Em outro telegrama, enviado ao Governo Interino do Estado, Hermann Blumenau planejou implantar uma balsa de passagem nas margens do Rio Itajaí do Sul, onde pretendia autorizar uma família de descendentes de portugueses para trabalhar no local. Para Victor Lucas, foi a primeira vez que Dr. Blumenau, sugeriu que o futuro povoamento no Alto Vale do Itajaí, fosse chamado de Humaitá.

(...). Diretoria da Colônia de Blumenau, 10 de Junho de 1879. Pelo presente, o senhor José Beje de Siqueira, bem como seus genros José Antonio da Cruz e Antonio Bernardo, ficam autorizados, para na margem esquerda e barra do Rio Itajaí-Sul e nas margens da estrada, que ali existe, praticarem cada um, derrubada da área de aproximadamente 25.000 metros quadrados, correspondente a cerca 100 metros de frente com duzentos metros e cinquenta de fundos. Esta autorização, ou licença, que não outorga direito algum de propriedade, se entende sob título de arrendamento por três anos consecutivos, que findam em último de junho de mil oitocentos e oitenta e dois - 1882 - revertendo, então, para o domínio do Estado o terreno ocupado com tudo, que então nê-lo ainda se achar, para servir para a projetada povoação de Humaitá.(...).(LUCAS, 1960).

No diário escrito em alemão entre os anos 1890 e 1900, Francisco Frankenberg, deixou pistas da chegada dos primeiros moradores no Alto Vale do Itajaí. Segundo Victor Lucas, que teve acesso ao documento em 1975, o diário revela em detalhes o cotidiano da vida do imigrante alemão, desde a sua chegada em Blumenau, em 1890, a compra do lote n.72 na localidade de Matador, atual município de Rio do Sul, até o dia 31 de dezembro de 1900, quando parou de escrever:



Este documentário, único no gênero, faz parte hoje do meu arquivo como um dos mais preciosos repositório históricos e que abrange dez anos de vivência no sertão do Alto Vale do Itajaí, atual Município de Rio do Sul, lugar onde se abriu, no ano de 1892, a primeira brecha numa espessa floresta que cobria toda esta vasta região, apenas cortada por um estreito picadão aberto, no ano de 1867, pelo agrimensor Emílio Odebrecht, ligando Blumenau ao Campo. (LUCAS, 1975).

O diário traz também a confirmação de um acontecimento relatado pelo seu amigo Hermann Heuser, onde o pai Jacob Heuser, teria sido o segundo colono-pioneiro, de Rio do Sul, como descreve Victor Lucas:



(...). Esta brecha marca o início da colonização do atual Município de Rio do Sul e teve, como colono-pioneiro, Augusto Zirbel, que se fixara, naquele ano, às margens do braço do Sul, nas imediações da atual Albertina. E, portanto, uma data histórica, hoje plenamente documentada por Francisco Frankenger, que veio, com o seu diário, confirmar o que Hermann Heuser, filho de Jacob Heuser, o segundo pioneiro a fixar-se ao lado de Augusto Zirbel, no ano de 1893, verbalmente me legara. (LUCAS, 1975).

As localidades de Rio do Norte (Ibirama), Subida, Alto Subida, Salto Pilão, Lontras, Matador, Rio do Sul, Pastagem (Agrônômica), Laurentino, Trombudo, Pouso Redondo, Pouso da Caixa e Pombas são citadas no Diário de Frankenberg, antes e durante a sua chegada em Matador no ano 1892. Por serem locais já conhecidos, possivelmente eram habitados por moradores, próximos da estrada (picadão), que ligava o Planalto ao Vale do Itajaí.

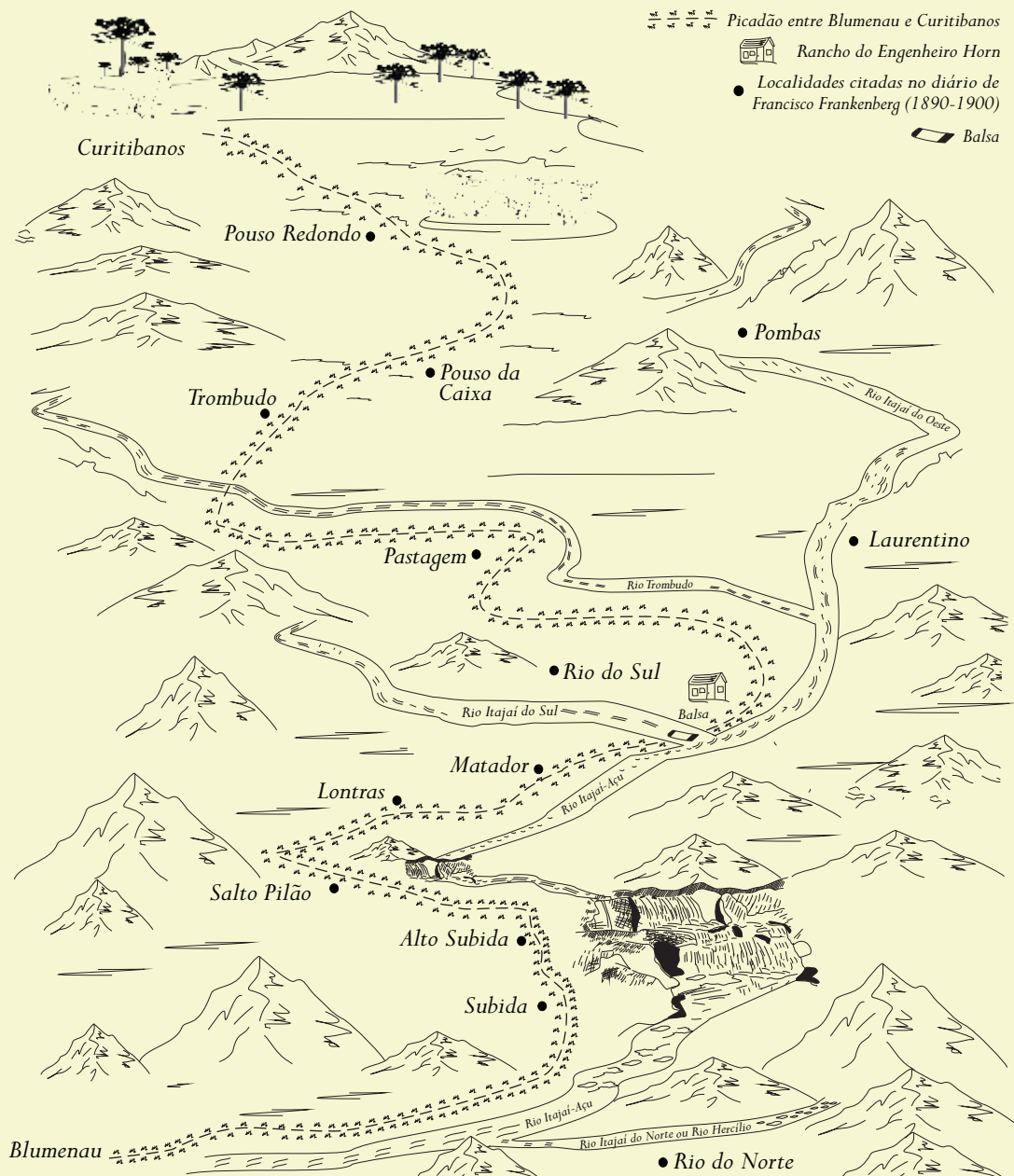
No período em que escreveu o diário, Francisco Frankenberg fez referência à balsa de Rio do Sul somente uma vez, em 29 de dezembro de 1893: “Os republicanos saíram de Blumenau voltam para o campo, os mesmo roubam e furtam tudo, (sobre tudo) o gado na colônia, arruinam aquilo que não podem levar junto, desmancham as pontes destruíram as canoas e a balsa em Rio do Sul.”

Sobre a existência de moradias construídas em Rio do Sul, antes da sua chegada em Matador no dia 07 de setembro de 1892, Frankenberg escreve no dia 07 de janeiro de 1892: “Às 9 da manhã chegamos, viajei junto com a turma de Herrn Weber e



Zittlow até subida, de lá para Rio do Sul a cavalo, ali pousamos, depois (fomos) para o Pombas. Este estava muito subido, então voltamos a Rio do Sul e pousamos no rancho de H. engenheiro Horn”.

Alto Vale do Itajaí 1892



**O trem passou, mas
o povo indígena Xokleng
continua vivo no
Alto Vale do Itajaí**



A locomotiva alemã do progresso que tanto foi elogiada como um exemplo a ser seguido, já não faz barulho no Alto Vale do Itajaí desde 1971. A pressa do Dr. Blumenau e dos empresários capitalistas alemães em construir a estrada de ferro, talvez tivesse outro objetivo além do comércio, visto que ela, passou pelo território dos povos indígenas.

Para Alcides Goularti Filho, a EFSC era uma pequena ferrovia municipal que atendia pontualmente as colônias do Vale do Itajaí:



Uma ferrovia não se implanta com a intenção de desenvolver uma região onde não há uma atividade econômica importante. Mas, pelo contrário, uma ferrovia é construída para atender uma região onde há uma grande atividade econômica que sustente financeiramente a ferrovia. (GOULARTI FILHO, 2009).

Durante os incrivelmente morosos 55 anos que levaram para a EFSC chegar ao Porto do Itajaí - desde a fase de estudos de implementação, em 1907, até o alcance ao cais do Porto em 1962 - a história da EFSC esteve intrinsecamente relacionada com a história de perseguição, luta e resistência do povo xokleng, colocando em pólos opostos o “trem do progresso” e os povos nativos. (LIMA, 2021).

A pesquisa de uma década vivida pelo historiador Silvio Coelho dos Santos, descrita na obra “Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng”, entre os anos de 1963 e 1973, na Terra Indígena (TI) Ibirama Laklãnõ, concluiu que:



O fato afinal é que os Xokleng realizaram o milagre de sobreviver, resistindo à penetração dos brancos e vencendo as campanhas de bugreiros e as epidemias. Chegaram assim aos dias presente como sociedade diferenciada. E isto deve ser suficiente para que os integrantes desse grupo étnico tenham o direito de continuar a nascer, a viver e a morrer dignamente, como seres humanos e como índios. (SANTOS, 1973).



Estrada de ferro desativada - 1971

O problema europeu

Em 1850, quando iniciou a colonização de Blumenau, o povo indígena Xokleng que circulava livremente no Vale do Itajaí, na busca por alimentos, passou a sofrer ameaças a partir da ação de seções de pedestres. Para João Paulo Fernandes Luiz de Lima, partiu do Dr. Blumenau, a campanha de perseguição aos indígenas:

↑ (...). Após o primeiro contato com os indígenas, no simbólico episódio de assalto à propriedade de Hermann Blumenau, o diretor da colônia recorre à Companhia de Pedestres, instituição criada pela lei nº 28 em 25 de abril de 1836, onde o governo da província de Santa Catarina permitia a formação de uma milícia armada a fim de exercer a defesa dos colonos e suas propriedades. Na prática, autorizava a efetiva caça aos indígenas mata adentro. (LIMA, 2021).

A questão do “problema indígena” no Vale do Itajaí passa a ganhar especial notoriedade a partir do famoso relatório de 1856 redigido pelo próprio Hermann Blumenau. O relatório retrata com extremo alarme a situação de perigo que se encontravam os colonos ante a presença dos indígenas - na verdade, ante a “possibilidade de contato com os indígenas” - porque os conflitos a esta época eram ainda muito esparsos - haviam sido noticiados somente dois assaltos quando da publicação do relatório de Hermann Blumenau. (LIMA, 2021).

A voz do Dr. Blumenau chegou ao Presidente da Província de Santa Catarina que no mesmo ano, compartilhou da ideia contra os indígenas. Segundo Silvio Coelho dos Santos, a sorte dos xoklengs estava selada pelo Presidente da Província, Dr. João José Coutinho:

↑ (...). Em sua “fala” à Assembléia, o governante afirmava: “que a única maneira realmente eficaz seria obrigar estes assassinos e filhos de bárbaros deixarem a floresta localizando-os em lugares dos quais não pudessem fugir”. Oficializava-se o dito popular de que “índio somente é bom morto”. (...). (SANTOS, 1973).

Para Silvio Coelho dos Santos, o problema não era o índio, era o europeu que tinha se instalado em território indígena:

↑ O Governo e as autoridades provinciais sabiam da existência dos silvícolas no sertão. Sabiam que vez ou outra os indígenas demonstravam sua força e astúcia, truciando uma tropa, algum viajante ou algum morador da orla da floresta. Mas não se preocupavam. Raciocinavam que o índio se afastaria pacificamente na medida que os brancos estabelecessem vilas, casas e roças no sertão. (...). (SANTOS, 1973).



Os estrangeiros

Dr. Blumenau, os capitalistas alemães e simpatizantes da ideologia germânica não se importavam com os interesses nacionais, os negros, os povos indígenas, os não-indígenas. Para Giralda Seyferth, o nacionalismo alemão que se pretendia instalar no Vale do Itajaí, estava baseado no conceito de “deutschum”, que englobaria “a língua, a cultura, o espírito alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado a ela”.

A pequena burguesia formada em Blumenau, tinha uma identidade teuto-brasileira, onde tinha a intenção de pertencer a outro povo, com cultura e costumes próprios. O objetivo era manter a origem alemã e obter a cidadania brasileira. (SEYFERTH, 1999).

No início da colonização do Alto Vale do Itajaí, os radicais estrangeiros, tinham um parceiro estratégico para atacar e difundir informações contra os indígenas, o jornal alemão “Der Urwaldsbote” (O mensageiro da selva). Fundado em Blumenau, em 1893, o veículo de imprensa fazia um debate acirrado com o “Blumenauer Zeitung” (Jornal de Blumenau), pioneiro, fundado em 1882, representante das vozes dissidentes da sociedade colonial.(LIMA, 2021).

Segundo João Paulo Fernandes Luiz de Lima, em 1910, o jornal “Der Urwaldsbote”, foi dirigido pelo alemão Eugen Fouquet, advogado e jornalista influente de Blumenau, defensor declarado da política de extermínio aos indígenas, e que acusava o seu concorrente de “traidores da raça” por discordarem de suas idéias eugênicas. Era contrário a integração dos alemães com outras raças, em um arquétipo de supremacia da etnia germânica como ideia de “raça pura”.

A Imagem que se fazia dos índios era fundamental para justificar as ações violentas que sobre eles se deflagravam e que, em seu âmago, eram claramente contrárias a muitos valores básicos da moral e religião aceitas pelos brancos. Por isso era necessário imaginar o índio como selvagem desalmado; como bárbaro pagão; como animal passível de ser tiroteado a qualquer momento. (SANTOS, 1973).

O fogo de palha

Em 1907 a Companhia da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), com sede em Berlim e 100% capital alemão, através de um consórcio entre a Sociedade Colonizadora Hanseática, bancos e empresários germânicos, iniciou a construção da estrada de ferro no Vale do Itajaí, através da Lei nº 225 de 26 de setembro de 1904. Esti-

ma-se que cerca de 1500 trabalhadores participaram da obra, entre eles alguns estrangeiros já experientes neste tipo de construção. (GOULARTI FILHO, 2009).

Paralelamente às obras da EFSC, a ação de bugreiros e batedores do mato seguia de forma impiedosa, em um processo contínuo e integrado de expansão das colônias. A segurança das turmas de trabalhadores da ferrovia, assim como a segurança das colônias que cresciam, dependiam da ação homicida dos bugreiros. (LIMA, 2021).

O principal trecho Blumenau-Ibirama foi concluído em 1909, no mesmo ano em que ocorreu o principal debate sobre o extermínio dos Xokleng, idealizado por Hugo Gensch, diretor do “Blumenauer Zeitung” (Jornal de Blumenau). Gensch, foi influenciado por Albert Fric, que no ano anterior, em 1908, discursou durante o Congresso em Viena, denunciando a guerra contra os Xokleng no Vale do Itajaí (LIMA, 2021).

Para Alcides Goularti Filho, apesar da expectativa que girou em torno do empreendimento alemão, a euforia durou apenas quatro anos, quando apareceram os primeiros resultados negativos, por conta do menor fluxo de viagens em relação ao esperado e a escassez de subsídios do governo catarinense. O cenário pessimista, preocupou o capital estrangeiro alemão, travando os planos de expansão da linha.

Este panorama somente se modificou em 1914 com o advento da Primeira Guerra Mundial. Com a declaração do governo brasileiro classificando a Alemanha como nação inimiga, decide-se intervir na situação da EFSC. (LIMA, 2021). Nesse mesmo ano, o funcionário do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), Eduardo de Lima e Silva Hoerhann conseguiu, a 22 de setembro, contactar os Xokleng as margens do córrego Plate, afluente da margem esquerda do rio Hercílio. Naquele local foi levantada a sede do posto, que recebeu o nome de Duque de Caxias. (...). (DEMARQUET, 1983).

Em 1921, foram retomadas as obras da construção da estrada de ferro. O último trecho construído Trombudo Central-Agrolândia, em 1964, sequer pode ser utilizado devido aos danos sofridos em um temporal cujos reparos não foram feitos por falta de recursos, nunca sendo integrado ao trajeto percorrido. (GOULARTI FILHO, 2008).

Em 1967, o governo federal substituiu o SPI (Serviço de Proteção do Índio) pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), quatro anos antes da “Maria Fumaça” fazer a sua última viagem na terra dos xoklengs, em 13 de maio de 1971.



“Os Xokleng continuarão a existir identificados a uma minoria étnica no estado de Santa Catarina. O processo de mudança cultural que estão a viver, em especial os indígenas aldeados, continuará a manter suas características particulares, de acordo com as variáveis enfatizadas nesse ou naquele momento histórico. Mas os índios continuarão índios, pois nada no processo de mudança indica a assimilação desse grupo tribal. Esse é um aspecto que reafirma uma série de outros estudos realizados junto a populações tribais do Brasil. A assimilação, até o momento, foi algo inatingível para os grupos tribais. Aliás, como já vimos, deixar de ser índio para ser um pobre e miserável civilizado é uma troca muito pouco atrativa.”

Sílvio Coelho dos Santos¹

¹ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng - Florianópolis: edição do autor, 1973.

Francisco Frankenberger



“A história da humanidade assemelha-se a um museu de relíquias, materiais e espirituais. Há objetos que dizem mais que palavras. Decifrá-los é obra de cientistas. Os outros, espirituais, são objeto de estudos por parte de historiadores. Vou hoje ocupar-me com um dos últimos, pois, para grande satisfação minha, chegou às minhas mãos um documentário, em forma de diário, escrito à mão, em letra gótica alemã, que traz na capa, já um tanto encardida pelo tempo, a inscrição “TAGE-BUCH” - Francisco Frankenger - Blumenau, 1891”, abrangendo anotações que se referem desse ano até 1900.”

Victor Lucas²

² LUCAS, Victor. Francisco Frankenger “Relíquias Históricas”. Blumenau: Blumenau em Cadernos. Tomo XVI - Nº10/Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

O diário de Francisco Frankenger


A iniciativa que Francisco Frankenger teve de escrever um diário, nos possibilita a pensar na consciência do momento histórico que ele estava vivendo. Talvez, o imigrante alemão queria deixar um relato sobre os acontecimentos da época em terras brasileiras. Nas curtas anotações que fez entre, 1890 e 1900, Frankenger descreveu o cotidiano sem abrir espaço para as suas próprias fantasias ou sonhos, se empenhando somente em resumir de forma, simples, direta e objetiva.

As referências feitas ao meio ambiente, através do interesse pelo clima, os animais, as plantas e os rios, demonstra um homem descontraído, diferente dos demais imigrantes, que tinham como objetivo, manter os hábitos e a cultura estrangeira. Essa opção, fica ainda mais clara, após se estabelecer no Alto Vale do Itajaí em 1892.

Não é exagero comparar o comportamento de Frankenger ao de um indígena, que ao amanhecer, olha para o céu, ouve os sons ao seu redor e sente o cheiro da mata antes de caminhar pelo Vale. Fez questão de destacar a passagem de enxames de abelhas e a chegada dos papagaios em suas plantações.

O diário também traz informações da sua vida social e religiosa, mas de uma maneira discreta, sem expressar pensamentos ideológicos ou posições políticas, com inúmeras citações referentes aos fatos corriqueiros da colônia e região.

O autor revela em suas anotações, ter uma relação próxima com as autoridades e com os colonos influentes do Vale do Itajaí. Apesar de estar atualizado com as notícias que ocorriam na colônia Blumenau, por conta das viagens que fazia, e das visitas que recebia, foram raros os comentários sobre os povos indígenas (bugres):

- 
- 04/11/1891 - Falatório de que Odebrecht fosse cercado por bugres? Errado
 - 02/12/1894 - Ontem foi assaltado uma tropa por bugres em baixo da serra, matando eles 4 homens e 36 mulas.
 - 24/01/1895 - Reif junto com outros vão perseguir bugres.
 - 13/02/1895 - Reif voltou da “caça” aos bugres, sem resultado, os demais (homens dele) estão doentes.
 - 16/08/1895 - A turma de Pacheco está ainda em baixo, bugres.
 - 08/06/1897 - João Cardoso foi morto em Jacutinga por Bugres.
 - 15/04/1899 - 2ª feira retrasada Pombas foi assaltada por Bugres


*Fonte: Diário de Francisco Frankenger*³

³ FRANKENBERGER, Francisco. Diário de Francisco Frankenger. 1890-1900. Arquivo Público Histórico de Rio do Sul. Coleção de Dossiê Alto Vale do Itajaí.



O interesse pelo clima brasileiro

Francisco Frankengerger inicia seu diário exatamente no dia 01 de outubro de 1891, descrevendo o que considerava mais importante “o clima”. Em algumas situações fez referência ao tempo, pela manhã e a tarde, demonstrando interesse também no decorrer do dia:

- 
- 01/10/1891 - 5ª. Agradável
 - 02/10/1891 - 6ª. De noite trovoada violenta
 - 03/10/1891 - Sá. Muito quente, à noitinha trovoada, pouca chuva.
 - 04/10/1891 - Do. Muito quente, neblina, à noitinha trovoada violenta com graniza.
 - 05/10/1891 - As trovoadas de ontem continuam
 - 06/10/1891 - 3ª. Coberto, chuvoso, enchente cerca de 5 metros
 - 07/10/1891 - 4ª. Mais agradável, à noitinha coberto, chuvoso.
 - 08/10/1891 - 5ª. Coberto, chuvoso, vento-mar bastante fresco.
 - 09/10/1891 - Sá. Bonito, bastante quente, sem trovoada.
 - 10/10/1891 - Do. Bonito, rio ainda subindo, não quer cair

A admiração pelo clima brasileiro, mais especificamente pelo de Santa Catarina, talvez tivesse um significado especial para quem acabara de chegar da europa. As características do Vale do Itajaí, com predominância de calor e chuvas torrenciais durante a primavera e verão, modificavam rapidamente o nível do rio Itajaí-Açu e seus afluentes, influenciando no deslocamento de sua canoa, uns dos meio de transporte que utilizava naquela época.

O diário revela que Francisco Frankengerger, esqueceu, ou não quis lembrar de ter vivido em um país gelado e cinzento como a Alemanha, sequer fez referências ou comparações com a sua terra natal.



Rio Itajaí-Açu - 1891

Os hábitos dos povos indígenas

Durante a colonização do Vale do Itajaí, o rio era utilizado como um dos caminhos mais seguros para se orientar, quando se deslocava de uma região para outra. Foi em 1892, quando ainda morava em Blumenau, que Frankenger fez o primeiro relato do hábito indígena de tomar banho em rio:



04/03/1892 - 4ª. Neblina, nublado, bonito, trovoadas. Durante 4 semanas o rio sobe, 2-3 metros acima do nível, está tão sujo que suspendemos os banhos

A caça de animais como a anta, a queixada e o cateto, requer conhecimento e preparo. A técnica de emboscada desses animais, era dominada pelo povo Xokleng com sucesso, que seguiam as presas, pelas pegadas deixadas na lama nas margens dos rios e córregos.

A primeira caça registrada no diário, foi de uma ave jacutinga, em 1892, atualmente considerada uma espécie rara para o Alto Vale do Itajaí:



01/11/1892 - 3ª. Neblina, claro, muito quente. Estive na mata caçar, acertei um jacutinga.

A maior caçada registrada no diário de Frankenger, foi em 1893, subindo o rio Itajaí do Oeste, passando por Laurentino e chegando até em Pombas (atual Rio do Oeste), acertando antas e javalis⁴:



09/10/1893 - 2ª coberto, ventoso, nublado. Fomos caçar antas junto do Vicente Cath e Zirbel até (baixa?) Laurentino, depois para Pombas, acertamos 2 antas e 3 javalis.

Os papagaios e os pequenos macacos, geralmente são domesticados pelos povos indígenas, e se tornam animais de estimação. Vivendo em bandos, as barulhentas aves não foram caçadas por Frankenger, que preferiu observá-las ao longo dos anos, apesar dos estragos nas suas plantações:



12/01/1895 - Sá o mesmo como ontem. Os papagaios estragam muito as plantagens de milho.

28/01/1895 - 2ª p mesmo, à noite trovoadas fortes. Os papagaio estragam muito o milho primeiro plantado.

06/01/1900 - Sá o mesmo. Os papagaio estragam neste ano outra vez muito milho (na plantagem).

25/01/1900 - 5ª limpo, nublado, bonito sem nuvens. Os papagaios ainda estão no milharal.

⁴

Javali: Francisco Frankenger faz referência à espécie exótica de porco-do-mato, originária da Europa e da África. As espécies nativas que ocorrem no Alto Vale do Itajaí, são a queixada (*Tayassu pecari*) e o cateto (*Pecari tajacu*). Fonte: www.icbio.gov.br.



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Revoada de papagaios no Alto Vale do Itajaí - 1895

O dinheiro alemão

Francisco Frankenberger chegou ao Brasil em 1890, e trouxe consigo alguns valores financeiros, que posteriormente foram emprestados para alguns comerciantes do Vale do Itajaí, segundo o escritor Victor Lucas:

(...). Francisco Frankenberger apresenta, quase no fim, numa página que se destaca das demais, os seguintes dados biográficos: “Quando aqui cheguei, no dia 5 de janeiro de 1890, possuía cerca de 30 marcos em dinheiro, mais uma carta de crédito de 2.000 marcos contra o senhor Bauer, de Brusque, que, porém, não a aceitou, quando então me foi paga pelo financista Konder, em Itajaí, a importância de Rs. 1:016\$000. Desta importância emprestei ao senhor Carlos Cramer, contra Nota Promissória, Rs. 500\$000, para início do seu negócio em Brusque. Rs. 200\$000 emprestei ao senhor Weege, contra Nota Promissória. Rs. 20\$000 eu dei a H. Sch. Ao Báuer ainda entreguei 8 Libras ingl. e 10 marcos al. para crédito em minha conta-corrente: Rs. 50\$000 para o cavalo; Rs. 30\$000 para a sela e outros gastos em viagem a Joinville, em junho de 1890 (etc.).” (LUCAS, 1975).

Essa atitude um tanto brasileira, pode ter traçado um caminho diferente para o imigrante, que preferiu dedicar-se à vida na colônia, e conviver próximo da natureza. Em outra passagem no seu diário, Victor Lucas descreve que Frankenberger chegou a emprestar dinheiro para os padres católicos de Blumenau:

(...). Hoje, dia 2 de março de 1892, recebi pelo banco brasileiro-alemão, no Rio, o comprovante pelo recebimento de 2.000 marcos, os quais me foram creditados ao câmbio de Rs. \$960, sem juros, no montante de Rs. 1:920\$000. Outras 8. Libras Esterlinas o senhor Dr. Engelke mandou creditar, por intermédio do senhor Lohn, no mesmo banco no Rio, que foram convertidos ao câmbio de Rs. 205400, num total de Rs. 1635200. Hoje, dia 20 de março de 1892, o senhor Carl Joseph Weege devolveu os Rs. 200\$000 emprestados. Da importância de Rs. 1:920\$000 e das 8 Libras Esterlinas, eu paguei como sinal, Rs. 2:000\$000 pelo terreno adquirido pelos padres franciscanos do senhor Schmitz, dia 25 de março de 1892. Esta importância me foi devolvida no dia 2 de novembro de 1895.”. (LUCAS, 1975).

As abelhas da primavera e do verão

Francisco Frankenberger iniciou o seu diário no dia 01 de outubro de 1891, e na mesma semana, fez o primeiro registro de abelhas no Vale do Itajaí:

03/10/1891 - Sá. Muito quente, à noitinha trovoadas, pouca chuva. Primeiro enxame de abelhas
07/10/1891 - 4ª. Mais agradável, à noitinha coberto, chuvoso. Segundo enxame de abelhas, passeio para Hoppmeier, o cavalo ainda manco
17/01/1892 - Do. Manhã chuva, menos quente. À noitinha chuva As novas mudanças andam devagar, reina a maior indecisão. Willi voltou hoje. Um enxame de abelhas
06/02/1892 - Sá. Coberto, das 10 a 1 hs chuva. Antes de meio dia, 11:55, quarto crescente. As 3 hs chuva, coberto Bl(umenauenses), 20 homens (foram) a Br(usque). Um enxame de abelhas



- 07/10/1897 - 5ª o mesmo ventoso, claro. Praga de mosquitos, Peter trouxe um enxame de abelhas.
- 20/11/1898 - Do coberto, nublado, limpo, agradável. (Ganhamos) outra um enxame de abelhas.
- 24/11/1898 - 5ª nublado e coberto, chuvoso, trovão. Plantamos 3 quartos de taiaí outra vez ganhamos 1 enxame de abelhas.
- 21/11/1900 - 4ª coberto, limpo, muito quente, nublado. 1º exame de abelhas.

Canela, louro, araucária e eucalipto do Alto Vale do Itajaí

Já em terras do Alto Vale do Itajaí, Francisco Frankenberger registrou em seu diário as madeiras de lei, e também a plantação das primeiras mudas de eucalipto que foram introduzidas em 1899, tornando-se um dos primeiros reflorestamentos de espécies exóticas para a região. Em 1893, Frankenberger plantou erva-mate e araucárias em sua propriedade:

- 09/06/1983 - 6ª de noite pouca chuva, coberto, agradável. Aprontei 2 grandes canelas, recaído de febre.
- 04/10/1983 - 4ª coberto, claro, bonito, quente, claro, visibilidade. Plantei 3 pés de erva-mate e 2 araucária (pinheiros)
- 11/12/1897 - Sá coberto, inclinado à trovoada, trovão, chuva com trovoada. Aprontamos rolos de canela para serrar tábuas.
- 17/06/1899 - Sá gelo, forte vento-Sudoeste, nublado, sem nuvens. Limpamos (a roça) por baixo do caminho, Kleine me deu mudas de eucalipto.
- 21/06/1899 - 4ª geada, nublado com vento-Oeste frio, claro. Ontem plantamos eucalipto.
- 18/07/1899 - 3ª o mesmo, sem nuvens. O eucalipto está brotando.
- 05/10/1899 - 5ª coberto, variável, muito bonito, de noitinha forte trovoada. Cortamos madeiras canela para estacas de cerca, também (cortamos) louro cerca de cerca, este não deu para fender, cortamos (mais) canela na mata.
- 18/05/1900 - 6ª o mesmo como ontem, de noitinha chuva. Cortamos canela.
- 21/05/1900 - 2ª de noite chuva, neblina, muito quente. Cortamos canela para madeira de construção.
- 24/09/1900 - 2ª nuvens altas, trovão, inclinado à trovoada, coberto. Cortei louro para madeira de construção

A família

Durante os dez anos, foram raros os registros familiares no diário. Apesar de ter iniciado a escrita em 1891, a menção sobre a sua esposa só ocorreu a partir de 1898. A ausência de informações sobre os filhos nesse período, nos possibilita pensar que somente após o ano de 1900, Francisco e sua esposa Josephina tiveram filhos:

- 03/10/1897 - Do coberto e nublado, de manhã quarto crescente, trovão limpo. (Estivemos) junto com a família em Lontras.
- 02/02/1898 - 4ª limpo, muito quente, nublado, inclinado à trovoadas. Estivemos junto com a esposa em Lontras.
- 01/06/1898 - 4ª neblina, limpo, claro sem nuvens. Fomo de carroça a Rio do Bugre, (depois) a Indaial um porco que o cunhado de Indaial nos deu.
- 10/08/1898 - 4ª chuvoso, frio úmido desagradável, coberto . (Fomos) junto com cunhado a Blumenau.
- 01/09/1898 - 5ª neblina, trovão, de tarde toda chuva. Josephina sofre recaído de febre.
- 30/09/1898 - 6ª nublado, nuvens altas, nublado. Jos(ephine) tem recaído de febre.
- 01/11/1898 - 3ª nublado, coberto, nublado e limpo. Estivemos junto com a família com Hans Kröger.
- 15/11/1898 - Do chuvoso, limpo, nublado, chuva. Estivemos com esposa em Rio do Sul, eleições municipais.
- 04/01/1899 - 4ª neblina, limpo e muito bonito. (Fomos) junto com esposa (de carroça?) até Indaial.
- 06/01/1899 - 6ª o mesmo. (fomos) a Blumenau, acompanhados de sogra.
- 19/05/1899 - 6ª nublado com vento-Oeste limpo e sem nuvens. De lá (fomos) junto com os sogros para casa.
- 26/09/1899 - 3ª nublado, com vento-Leste de tarde pancadas de chuva. Josephina está também doente, no Sepper colocamos vigas no teto da casa e cobrimos no outro lado.
- 28/09/1899 - 5ª chuva, variável, pancadas de chuva, vento-Leste. Josephina recuperada.

As narrativas

Podemos afirmar que o imigrante alemão, gastou de fato a sola do sapato para se estabelecer no Alto Vale do Itajaí. Observou a natureza diferente de todos os outros estrangeiros, e escreveu em detalhes os caminhos percorridos no Alto Vale do Itajaí, revelando lugares e informações até então desconhecidas:

- 25/03/1899 - Sá o mesmo. Daqui pra cima o caminho está quase intransitável, cheio de buracos e por pouco coberto por mata, principalmente nas terras de Probst por baixo de Rio do Sul e por cima de Pastagem, e também em Pombas deve estar muito estragado.
- 23/07/1899 - Do o mesmo, muito quente, sem nuvens. As andorinhas já estão aqui, tempo magnífico, perdurar assim?
- 11/10/1900 - 5ª nublado, limpo, nublado com vento-Leste. Fui a pé a Blumenau, voltei (para casa?). Deixei os sapatos no sapateiro.



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel




*Floresta Atlântica
Alto Vale do Itajaí - 1892*

Laurentino antes de 1890



A história contada pelos antigos moradores


Segundo Valdemiro Avi na obra “A Memória Retratando a Nossa História” o município de Laurentino, foi fundado em 1908 pelo açoriano João Venceslau Pereira, e o nome da localidade foi dado pelo seu primo Manoel Laurentino de Andrade:



O topônimo Laurentino é oriundo do sobrenome do senhor Manoel Laurentino de Andrade, um dos primeiros desbravadores da nossa terra, indivíduo que tinha a habilidade em cavar poços, sendo muito procurado com a identificação, “vamos lá no Laurentino”, ficando a nossa terra com a denominação de Laurentino. Manoel Laurentino de Andrade era sobrinho da mãe do desbravador João Venceslau Pereira, portanto primos. Manoel Laurentino de Andrade tinha uma humilde choupana, localizada na atual Rua Cesário Bonacolsi, onde se localiza a entrada da ponte metálica. Quando as companhias colonizadoras começaram a comercializar os lotes legalmente, o senhor Manoel não mais se interessou em aqui permanecer, ou talvez, tenha sido obrigado a deixar a área porque tinha somente a posse ilegal. Talvez tenha retornado a cidade de origem. Estranha-se que nunca tenha voltado para visitar a cidade que lhe prestou esta homenagem. (AVI, 2012).

A nova data de fundação de Laurentino

O registro do nome Laurentino no diário de Francisco Frankemberger, citado em 1893, durante uma caçada no percurso até Pombas, (atual Rio do Oeste), deveria estar relacionado ao nome do morador Manoel Laurentino, que se encontrava estabelecido naquela região, próximo à margem do rio Itajaí do Oeste, no caminho à Pombas:



09/10/1893 - Fomos caçar antas junto do Vicente Cath e Zirbel até (baixa?) Laurentino, depois para Pombas, acertamos 2 antas e 3 javalis.

Quando Frankenberger cita “(baixa?) Laurentino”, que na tradução, poderia ser entendido como “Baixo Laurentino”, em referência às áreas das margens do rio Itajaí do Oeste (atual Baixo Amuado), até a divisa do rio Pombas (posteriormente Barra do Rio Pombas, atual Rio do Oeste). O relato mostra que o autor conhecia a região, afirmando que para chegar ao rio Pombas, afluente do rio Itajaí do Oeste era necessário passar por Laurentino.

A revelação da nova data de fundação de Laurentino, só foi possível através da informação descrita na lista de Zittlow. O historiador Silvio Coelho do Santos descreveu em 1973, que August Zittlow, teria revelado um caderno com uma lista sobre os ataques dos indígenas entre os anos de 1800 e 1913, onde consta a informação sobre a morte de Manoel Laurentino na localidade de Subida:

(...). Um outro autor, ainda em Blumenau, deixou em caderno 35 registros sobre ataques realizados por indígenas entre os anos 1890 e 1913 (1).(...). (SANTOS, 1973).

(1) - Zittlow, s/data. Inédito. Cf. cópia existente na Biblioteca Fritz Müller de Blumenau. São as seguintes as anotações de Zittlow, na página 147:

“Vítimas de índios

15/10/1890	Campo Ilhéu	Rocco;
01/01/1891	Timbé	madrinheiro Jacinto;
10/06/1892	Morro Trombudo	5 pessoas família Corrêa de (ilegível), muitas mulas;
01/01/1894	Serra das Pedras	4 pessoas e 39 mulas;
25/12/1895	Beira Rio Pombas	Guilherme Kleigin e A. Hahnemann;
03/11/1902	Serra dos Pires	Flechado a (ilegível), morto alguns bois;
07/06/1900	Pouso da Caixa	morto João Cardoso, ferido José e Lino.

Nas páginas 168 a 171 liam-se mais os seguintes:

1890	Rio do Sul	assalto rancho Carlos Schroeder;
1890	Ribeirão Tafona Subida	Fritz Holler flechado;
1890	Subida	Manoel Laurentino flechado morto;
1890	Lontra	2 italianos mortos Jacome Cypriano;
1892	Morro Pelado	flechado morto uma colona italiana;
05/1892	Morro Trombudo	Tropa da família Corrêa de Campos Novos muitos animais mortos;
11/1892		morto madrinheiro duma tropa;
1895	entre Pouso da Caixa e Cedro	Ricardo Ehmke;
1895	serrá Ilhéu	(ilegível);
1895	serram das Pedras	assalto Tropa Família Farrapo (ilegível) 5 mortos e 30 animais todos a lança;
1896	Passo Rio Pombas	morto Germano Klegin e Carlos Hahnemann e mais um brasileiro;
1896	Pouso Redondo	morto João Cardoso e ferido o camarada Lino;
1900	Rio do Sul	morta a mulher de Carlos Rennert enterrada no passo do Odebrecht;
1901	Lontra	assalto casa Schratt;
1890	Campo do Ilheu	Roque de Tal;
1904	Mosquitinho	flechado morto José Magro e um prêto enterrados no Rio do Sul;
1904	Timbézinho	flechado no pescoço Durval Corrêa;
1904		flechado e morto João Castanheiro;
1903	Aquidaban	assalto Casa Ferrari, 2 vacas mortas;
1910	Rio Sul acima	diversos assaltos;
1905	Passo Trombudo	morto Bento Caneca;
1905	Vargem Pombinhos	flechados mortos Rudolfo Recke e José Dias;
1905	margem Pombinhos	flechado José Salvador;
1906		flechado Antônio Lamin no braço, dois animais mortos, arreios, poncho, ferramentas roubadas;
1907	Aterrado Torto	morto João Germano;
1909	Rio do Oeste	assalto casa Carlos Basílio, mulher flechada, casa saqueada;
1909	Barra do Serro Verde	7 quilômetros distante casa Westar, família Júlio Ribeiro, 11 pessoas mortas, casa incendiada;
1913	Alta Serra Pombas	Paol Serrafim. Animais mortos, paiol incendiado”.



Comparando as informações

As anotações do diário de Francisco Frankenger e a lista de Zittlow, trazem informações semelhantes nos anos de 1894 e 1897, confirmando a autenticidade dos dois documentos:

02/12/1894 - Ontem foi assaltado uma tropa por bugres em baixo da serra, matando eles 4 homens e 36 mulas. (Diário)

01/01/1894 - Serra das Pedras 4 pessoas e 39 mulas; (Lista)

08/06/1897 - João Cardoso foi morto em Jacutinga por Bugres (Diário)

1896 - Pouso Redondo morto João Cardoso e ferido o camarada Lino; (Lista)

August Zittlow (Lippstadt, Vestfalia, Alemanha, 1855 - Blumenau, 1945) fez seus estudos primários em Bielefeld e com 17 anos emigrou para o Brasil, empregando-se, em 1873, como ajudante de agrimensor na Serra do Oratório, em Laguna, Tubarão, Rio do Braço, etc. No ano seguinte foi nomeado Inspetor de Linhas Telegráficas. Também atuou como Agrimensor onde teve encontro com Emil Odebrecht e sua equipe, em 1883, quando estes estavam perdidos nos sertões paranaenses. Em 1885 casou-se com Anna Repsold, parente da esposa do Dr. Blumenau. Em 1893 trabalhou na execução do contrato da construção da Linha Telegráfica de Blumenau para Lages. Foi um animador entusiasta da vida social e cultural de Blumenau. Entre 1915-35 foi Presidente da Sociedade Teatral Frohsinn. Entre 1921-25, dirigiu a Schutzenverein. Esta visita que ele fez aos índios de Hammonia se deu em 1915, logo após o início da pacificação por Eduardo Hoerhann.⁵

Francisco Frankenger conhecia Zittlow, e fez referência em seu diário, chamando-o algumas vezes de Senhor Zittlow (H. Zittlow ou Herr Zittlow):⁶

07/01/1892 - Às 9 da manhã chegamos, viajei junto com a turma de Herrn Weber e Zittlow até subida, de lá para Rio do Sul a cavalo, ali pousamos, depois (fomos) para o Pombas. Este estava muito subido, então voltamos a Rio do Sul e pousamos no rancho de H. engenheiro Horn

15/01/1892 - No Schröder encontramos H. Zittlow, Odebrecht e Horm. Voltamos para casa

22/05/1892 - H. P. Jacobs deu hoje sua despedida. Estive com Zittlow

24/05/1892 - Zittlow mediu o pedaço de terra junto ao rio

25/05/1892 - H. Zittlow mediu o pedaço de terra junto ao rio

26/08/1892 - Estive com Engelke. H. Zittlow e H. Richlin vieram de Joinville.

25/12/1894 - Herr Zittlow, voltado do Rio, mora outra vez em Blumenau.

22/02/1895 - Zittlow vai para P. Schw.

09/04/1895 - H. Zittlow desce, ele tem febre.

24/06/1895 - C. H. Grohberger está em Desterro, Zittlow (está) no Rio.

30/08/1895 - Zittlow junto com trabalhadores subiram.

11/04/1897 - Ela será levada até Lages por Herrn Zittlow.

02/06/1897 - Zittlow junto com Christen vão para o campo.

⁵ SCHMIDT-GERLACH, Gilberto. KADDLETZ, Bruno Kilian. MARCHETTI, Marcondes. Colônia Blumenau no sul do Brasil. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

⁶ “Herr ou Herrn” em alemão significa Senhor, ou na forma abreviada “H.”.

Manoel Laurentino de Andrade

A história de Manoel Laurentino de Andrade como sendo o responsável pela origem do nome do município, foi contada através de relatos de laurentinenses, que relacionaram o nome do local ao mesmo. Por não conhecerem o verdadeiro Manoel Laurentino, elegeram Manoel Laurentino de Andrade como sendo o morador que construiu a choupana às margens do rio Itajaí do Oeste.

Para o escritor Valdemiro Avi, a data de fundação do município aconteceu quatro anos antes do início da colonização em 1912, com a comercialização dos lotes pelas empresas colonizadoras. Na conclusão do autor, a fundação e a colonização ocorreu em datas próximas uma da outra.

Manoel Laurentino

Antes de se mudar para a Colônia Matador, Francisco Frankenger registrou em seu diário no dia 07 de janeiro de 1892, a viagem de Blumenau até Pombas, fazendo o primeiro percurso até a subida, de lá a cavalo até Rio do Sul, e depois até Pombas, descrevendo que o nível do rio estava muito alto, motivando o seu retorno.

Fica claro no diário de Frankenger que o único caminho para chegar até Pombas (atual Rio do Oeste), era pelo rio Itajaí do Oeste passando por Laurentino.

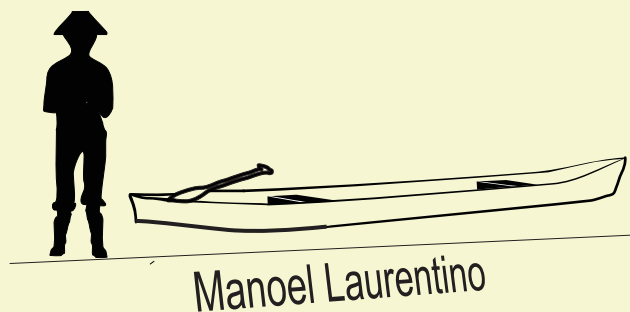
Para a localidade de Laurentino ser conhecida na região em 1892, o seu fundador já deveria estar estabelecido a algum tempo no local, aumentando a possibilidade de Manoel Laurentino ser o primeiro morador da choupana.

Com a morte de Manoel Laurentino em 1890, através da ação de indígenas descrita na lista de August Zittlow, a localidade permaneceu com o nome do fundador, sendo que os primeiros colonizadores não chegaram a conhecê-lo, daí a confusão com Manoel Laurentino de Andrade que acabou herdando o título de fundador por ter no seu nome o mesmo nome do município.





A escultura de Manoel Laurentino de Andrade foi construída na entrada da Ponte Metálica no centro de Laurentino, homenageando o morador que deu o nome ao município, sendo inaugurada em 2011, ano da comemoração do cinquentenário da cidade.⁷



* Desenho ilustrativo do fundador do município

⁷ OLIVEIRA, Juarez Inácio. No Fio do Bigode: o desenvolvimento da cidade de Laurentino. Laurentino, SC: Edição do Autor, 2015.

O vale dos papagaios



A admiração dos estrangeiros pela Floresta Atlântica

O escritor Martim Afonso Palma de Haro, em sua obra “Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX”, descreve que o navegador russo Urey Lisianskys, ao desembarcar na ilha catarinense em 1803, ficou encantado com as belezas naturais:

(...). O clima é suave e sadio e, enquanto nosso olfato se deleita com os perfumes que o embalsamam, o ouvido, em tranqüilo êxtase, escuta o gorjeio de numerosos pássaros, que parece terem escolhido este bonito lugar para sua moradia. Todos os sentidos, em suma, são gratificados; tudo o que vimos, escutamos ou sentimos, abre o coração para sensações encantadoras. (...). (HARO, 1996).

Urey Lisianskys estava acompanhado do naturalista alemão Barão de Langsdorff, que entre as suas observações sobre a natureza da ilha, manifesta o seu deslumbramento. Segundo Haro, o naturalista afirma que o lugar só pode ser sentido e nunca descrito, por conta de tal beleza:

Borboletas enormes, que até então só havia visto em nossos gabinetes europeus, voavam em torno de múltiplas plantas em flor, jamais vistas ou apenas em estufas e que aqui se desenvolviam. — Colibris dourados sugavam as flores açucaradas da bananeira e o canto desconhecido de pássaros ecoava nos vales bem irrigados, deleitando o coração e o ouvido. — Veredas sombreadas conduziam de uma pacífica choupana à outra, e superavam em beleza, simplicidade e variedade qualquer desenho artificializado de nossos jardins europeus. — Tudo o que via ao meu redor causava-me admiração por sua novidade e dava-me uma impressão tal que só pode ser sentida, nunca descrita. — À noite voltei ao navio empolgado e rico em plantas e insetos; todos os que estavam presentes admiravam-se mesmo da quantidade, tamanho, variedade, beleza e coloração das borboletas. (HARO, 1996).

Em 1848, em carta para os pais, Hermann Otto Blumenau mostrou sua admiração pela Floresta Atlântica: “Quanto mais para cima eu chegava, mais bela a terra se tornava e jamais havia visto paisagens tão maravilhosas como no Rio Benedito e Rio dos Cedros. As gigantescas árvores, os cipós e trepadeiras, as diversas espécies de bambus, as flores com suas cores incandescentes como o vermelho escarlate, o amarelo, algumas azuis e lilá, estendendo sua sombra às margens do rio, em volta de águas plácidas. O silêncio absoluto, apenas quebrado pelo grasno do galo silvestre, que em bando levantava vôo e, sobre isso, estendia-se majestosamente uma paz indescritível, um ar agradável, impregnado de perfume - foram maravilhosos estes dois dias que passei lá em cima, na mais completa solidão, onde antes de mim nenhuma pessoa civilizada havia estado.” (SANTOS e KLUG, 2002).

Em 1882, o alemão Hugo Zoeller demonstra preocupação com a destruição da Floresta Atlântica, nos relatos que escreveu durante a sua visita ao Vale do Itajaí:



Lamentavelmente o homem destrói desnecessariamente a natureza e somente ao atingir um nível mais elevado de cultura restaura com muito trabalho pequena parte do destruído. Também não são raras as clareiras causadas por temporais, mas nunca apresentam um aspecto tão triste como o destruído intencionalmente pelo homem. (ZOELLER, 1996).

Ainda em 1882, Zoeller em uma das suas observações no Vale do Itajaí, descreve um dos primeiros registros sobre a presença de papagaios nas matas da região:



(...). Eu encontrei no mato somente beija-flores verdes, papagaios de cor verde e cinza, periquitos, arapongas, lagartos, sapos-boi (do tamanho de um gato) e rastros recentes de um cervo maturo escutei uma vez ao longe o bramido dos monos, mas o que mais me agradou foi a visita a um lindo representante dos jardins e das florestas brasileiras em meu quarto. (...) Era um beija-flor verde e branco do tamanho da falange do meu dedo. (ZOELLER, 1996).

Os armistícios da Floresta Atlântica no Alto Vale do Itajaí

No diário de Francisco Frankenberger fica claro a interação entre o imigrante do Alto Vale do Itajaí e a floresta que estava à sua volta. Para os professores Santos e Klug, essa interação ocorreu através do ajustamento entre o colono e a mata:



Portanto, a interação com o “novo ambiente” representou importantes mudanças culturais para os imigrantes. A floresta, que inicialmente era encarada como uma inimiga a ser derrotada, passa aos poucos a ser aliada dos colonos. Em diversas propriedades rurais foram mantidas pequenas reservas de mata nativa e que ainda hoje podem ser observadas. Durante muitos anos, eram destas florestas que saíam cabos para suas ferramentas, o material necessário para uma residência ou galpão, o alimento proveniente das caças etc. (SANTOS e KLUG, 2002).

No início da colonização a luta não era contra a mata, era contra os indígenas. Nesse período, não havia estradas, e o rio Itajaí-Açu não permitia a navegação de cargas. O desmatamento no Alto Vale era atribuído ao uso da madeira na propriedade.

Com o crescimento populacional da região, veio a necessidade de construir casas, ranchos, igrejas, salões, escolas, vendas, moinhos, tafonas e pontes. O primeiro armistício da Floresta Atlântica durou até a chegada da “Maria Fumaça” em 1909, que serviu para afugentar o povo Xokleng, acelerar o desmatamento e desalojar os papagaios. Uma guerra que durou 80 anos, deixando como herança a criação da Reserva Indígena de Ibirama, o abandono da estrada de ferro e o fechamento das madeireiras.

A Lei da Mata Atlântica⁸, que proibiu a partir de 2006, o corte e retirada de árvores nativas da Floresta Atlântica, serviu como uma segunda trégua para o desmatamento, mesmo assim, não conseguiu trazer de volta os papagaios, e tantas outras espécies.

⁸ Lei nº 11.428, de 22 de setembro de 2006. Fonte: www.planalto.org.br



es da fauna local que eram comuns na região.

O retorno dos papagaios no Alto Vale do Itajaí, só foi possível com a preservação dos corredores ecológicos, com o plantio de mudas nativas e com o esforço contínuo das autoridades governamentais, através de ações de combate ao tráfico e da caça ilegal.

Os papagaios e os brasileiros do Alto Vale do Itajaí

Em 1863, a região do Alto Vale era coberta pela densa Floresta Atlântica, servindo de abrigo para centenas de papagaios e periquitos, das mais diferentes espécies que cruzavam os céus de leste a oeste e de norte a sul. Foi nessa época que o engenheiro Emil Odebrech abriu a estrada (picada) entre Blumenau e Curitiba, inaugurando os primeiros povoamentos realizados por brasileiros das populações tradicionais (caiçaras, posseiros, caboclos, camponeses e outros), gente que foram se estabelecendo nas clareiras das matas, dando nomes aos lugares, que hoje conhecemos por Rio do Norte (Ibirama), Subida, Alto Subida, Salto Pilão, Lontras, Matador, Rio do Sul, Pastagem (Agrônômica), Laurentino, Trombudo, Pouso Redondo, Pouso da Caixa e Pombas (Rio do Oeste).

Após 160 anos, ou seja, na quarta geração de papagaios, os ilustres habitantes, voltaram a frequentar os remanescentes de matas que cobrem as encostas das montanhas formando estreitos corredores ecológicos entre as localidades, como seus bizavós, na época da colonização, se arriscando em vôos cada vez mais próximos das 28 cidades que formam a região.

Com a habilidade de se comunicar, os papagaios trouxeram para o Alto Vale quase toda a família “Psittacidae”: maracanã-verdadeira, tiriba-de-testa-vermelha, tuim, periquitão-maracanã, maitaca-verde, cuiú-cuiú, periquito-rico e caturita, que passaram a vocalizar em todos os cantos, avisando para quem ainda não os viu, que suas penas são plumas coloridas.

Como sabemos, os indígenas sempre estiveram presentes desde o início da fundação das cidades do estado de Santa Catarina. Afinal de contas, eram os legítimos habitantes das terras brasileiras. No Alto Vale do Itajaí, eles são motivo de orgulho para todos, porque conseguiram sobreviver como os papagaios, que na língua Xokleng são chamados de “Tá-ngrádn”⁹.

⁹ SCHMIDT-GERLACH, Gilberto. KADDLETZ, Bruno Kilian. MARCHETTI, Marcondes. Colônia Blumenau no sul do Brasil. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

**O rio Itajaí-Açu e seus afluentes,
nas obras do artista plástico
Guilherme Carlini Piazero, com
fotografias da bióloga e educadora
ambiental Taciane Lippel**



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Nome: Guilherme “Pique”

*Título: Rio Itajaí-Açu e
seus afluentes*

Técnica: Ilustração Digital

Dimensões: 40cm x 20cm

Data: 2023

Ibirama



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Rio Hercílio, Ibirama (SC)
Foto Taciane Lippel



Rio Hercílio

Afluente do Rio Itajaí-Açu
Ibirama (SC)

Guilherme Carlini Piazzera





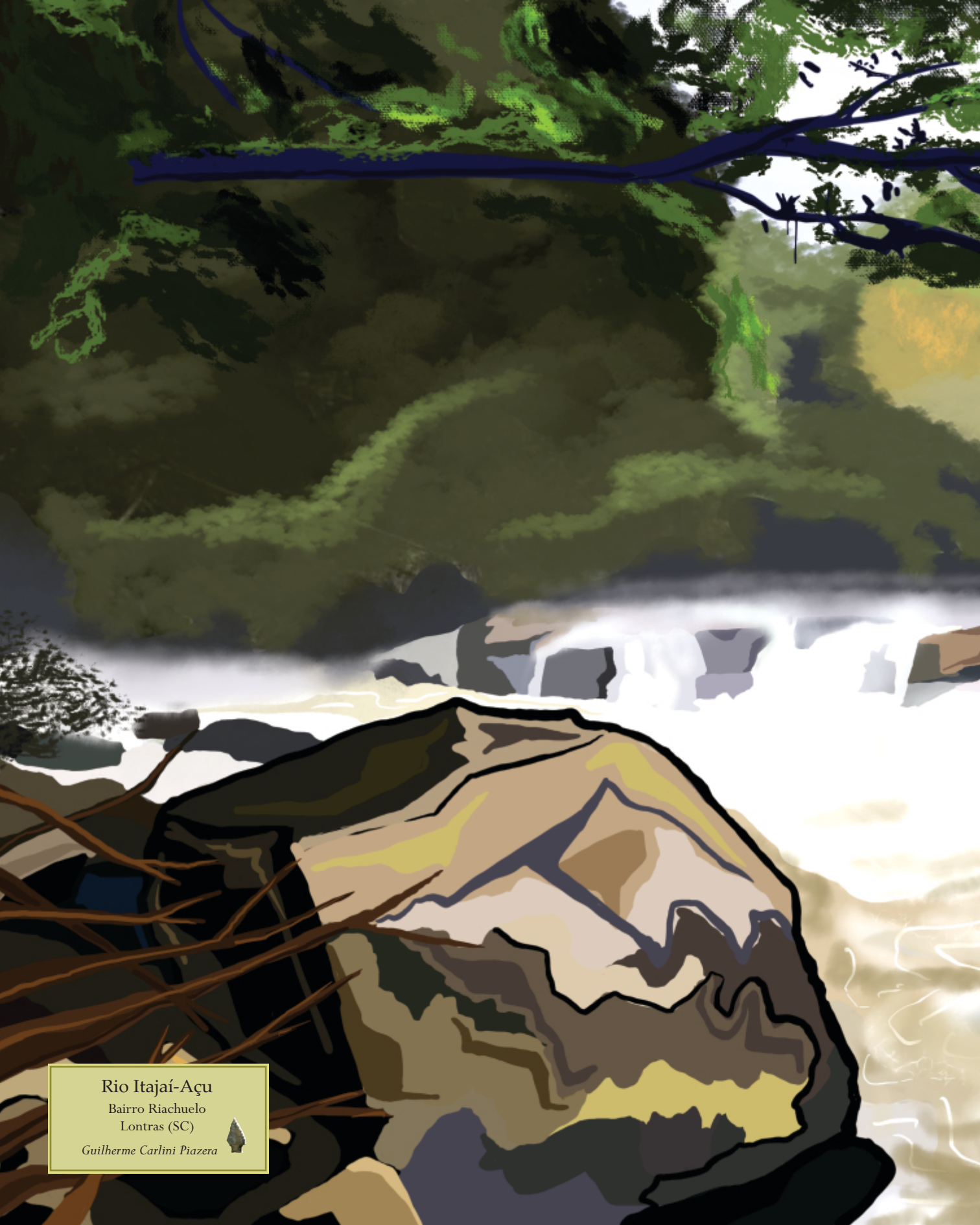
Lontras



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Rio Itajaí-Açu, Riachuelo, Lontras (SC)
Foto Taciane Lippel



Rio Itajaí-Açu

Bairro Riachuelo
Lontras (SC)

Guilherme Carlini Piazzera





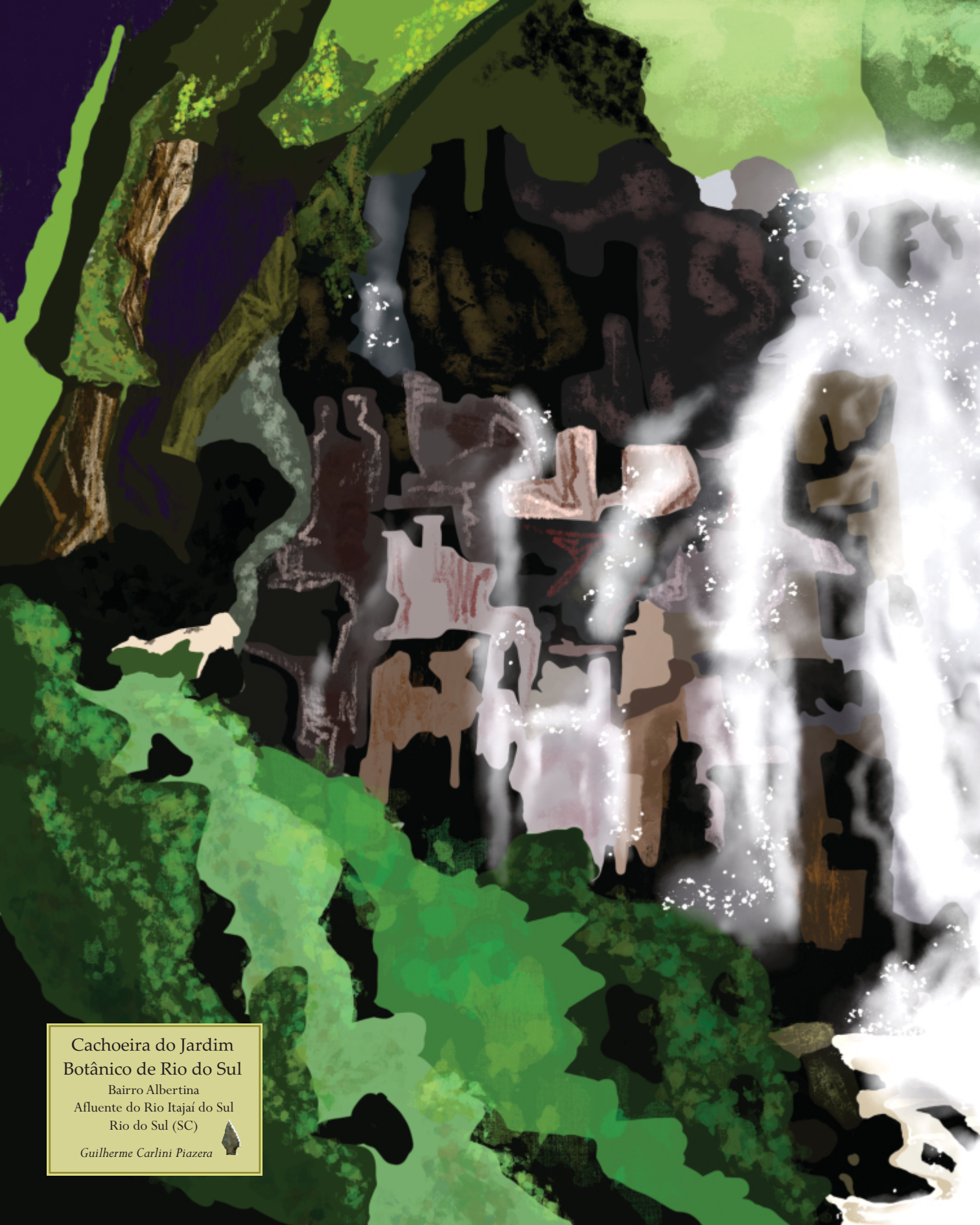
Rio do Sul



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Cachoeira do Jardim Botânico de Rio do Sul, Albertina, Rio do Sul, (SC)
Foto Taciane Lippel

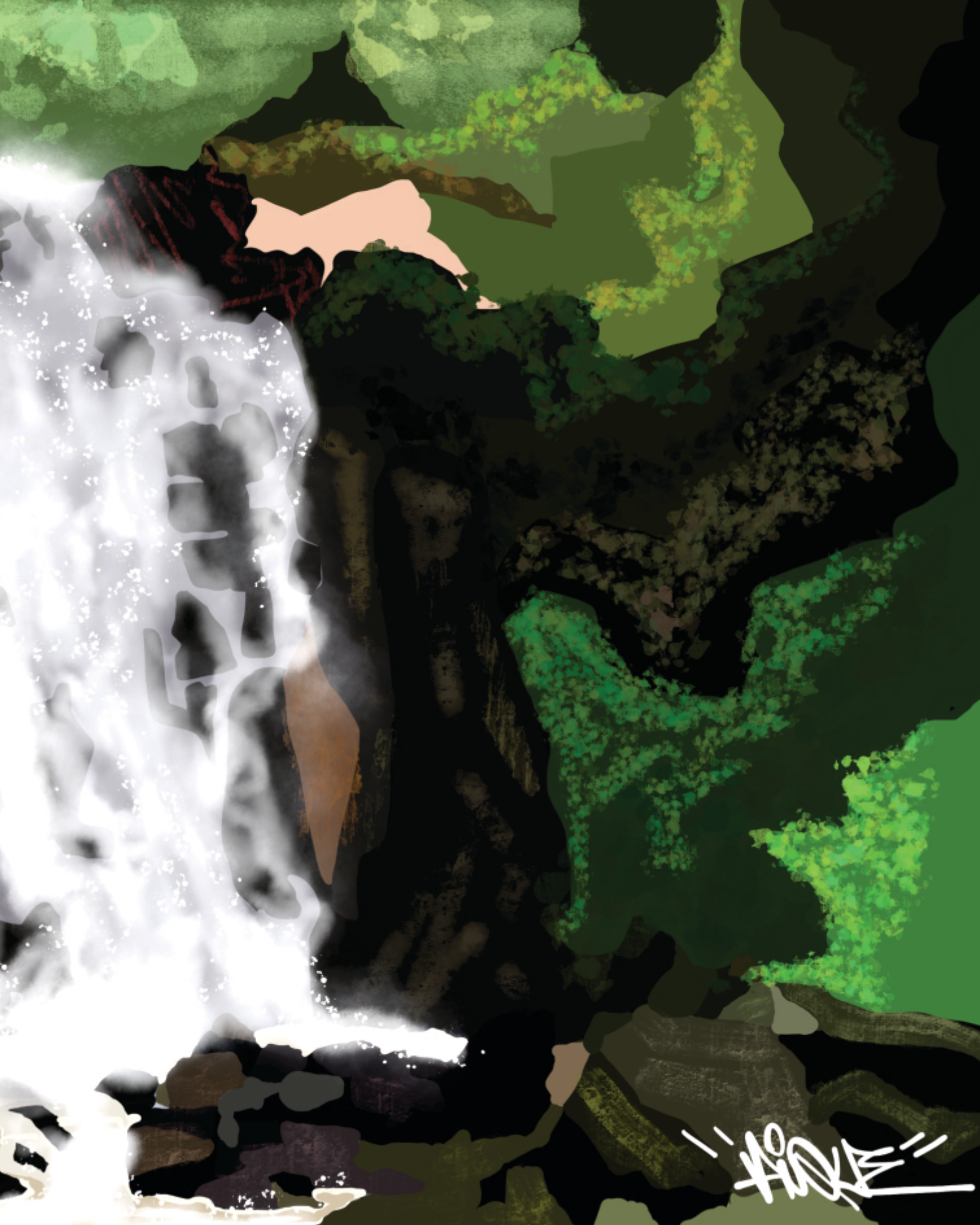


Cachoeira do Jardim
Botânico de Rio do Sul

Bairro Albertina
Afluente do Rio Itajaí do Sul
Rio do Sul (SC)

Guilherme Carlini Piazzera





Taió



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Ribeirão da Vargem, Taió (SC)
Foto Taciane Lippel



Ribeirão da Vergem

Afluente do Rio Itajaí do Oeste
Taió (SC)

Guilherme Carlini Piazzera





“静水”

Trombudo Central



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel



Rio Trombudo, Trombudo Central (SC)
Foto Taciane Lippel



Rio Trombudo

Trombudo Central (SC)

Guilherme Carlini Piazero





Referências Bibliográficas



ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 1763-1838. José Bonifácio de Andrada e Silva/ organização e introdução de Jorge Caldeira - São Paulo: Ed. 34, 2002.

AVI, Valdemiro. A Memória Retratando a Nossa História. Editora Gráfica Enel, 2012. 355p.

BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos. A Escola Alemã no Alto Vale do Itajaí: Colônia Matador, Bella Alliança - 1892 - 1930. Florianópolis: 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. p.22-23.

BULL, Vanessa Nicoceli. Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846 -1844) / Vanessa Nicoceli Bull – Curitiba, 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Notícia I. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972.

D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. Itajaí: PMI, 1982.

DEMARQUET, Sonia de Almeida. Os Xokleng de Ibirama: uma comunidade indígena de Santa Catarina. Brasília: Boletim do Museu do Índio - FUNAI, 1983.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. (org.). Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRANKENBERGER, Francisco. Diário de Francisco Frankenger. 1890-1900. Arquivo Público Histórico de Rio do Sul. Coleção de Dossiê Alto Vale do Itajaí.

GOMES, Mércio Pereira. O Brasil inevitável: ética, mestiçagem e borogodó/Mércio Pereira Gomes - 2º ed. - Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. Tropeiros e colonos e a construção da estrada de Blumenau a curitibanos: dois mundos e um caminho. História Revista, Goiânia, v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/51198>.

Acesso em: 16 mai. 2023.

GOULARTI FILHO, Alcides. Projetos Ferroviários em Santa Catarina: As tentativas fracassadas para formar um sistema ferroviário catarinense. UFSC. Textos de Economia, Florianópolis, v. 12, n.I, p.81-103, jan/jun.2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. Expandir para desativar: a Estrada de Ferro Santa Catarina na formação econômica do Vale do Itajaí. UFSC. História e Economia - Revista Interdisciplinar, Florianópolis. v. 4, n IV, 2008.

HARO, Martim Afonso Palma de. Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4a.ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo, 2002.

LIMA, João Paulo Fernandes de. Entre o progresso e a tragédia: A Estrada de Ferro Santa Catarina e a perseguição aos indígenas Xokleng. Florianópolis: 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina.

LUCAS, Victor. Fragmentos da História de Rio do Sul. Blumenau: Blumenau em Cadernos. Tomo II - Nº05/Fundação Casa Dr. Blumenau, 1959.

LUCAS, Victor. Fragrantes da história do Rio do Sul. Blumenau: Blumenau em Cadernos. Tomo III - Nº07/Fundação Casa Dr. Blumenau, 1960.

LUCAS, Victor. Francisco Frankenberg “Relíquias Históricas”. Blumenau: Blumenau em Cadernos. Tomo XVI - Nº10/Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.



MAESTRI, Mário. Revolução e contra-revolução. 1530-2019. 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2019.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. O trabalho como agente de educação. Um estudo sobre comunidades pesqueiras do litoral sul-brasileiro: Porto Belo, Santa Catarina. São Paulo: PUCSP, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação.

MOSIMANN, João Carlos. Porto dos Patos: 1502-1582. A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos. Florianópolis: Edição do Autor, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Juarez Inácio de. No Fio do Bigode: o desenvolvimento da cidade de Laurentino. Laurentino, SC: Edição do Autor, 2015. 162p.

PELLIZZETTI, Beatriz. Banco de Imigrantes em Santa Catarina. Blumenau: Co-edição - Gráfica 43 S.A. Ind. e Com./Fundação Casa Dr. Blumenau, 1985.

PEREIRA, Carlos da Costa. História de São Francisco do Sul. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

PEREIRA, Cláudio Nunes.(Org.). Genealogia tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Séculos XVII, XVIII E XIX. Vol. I, 2006.

PEREIRA, Nereu do Vale. Santa Catarina a Ilha, 500 anos: a origem da denominação e outros feitos. Florianópolis: Fundação Cultural Açoriana; 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. A Ação Colonizadora de Luiz Bertoli. Blumenau: Blumenau em Cadernos. Tomo XVI - Nº11 /Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Lunar-delli, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURENTINO. Notícia: Visita da Bisneta de Manoel Laurentino de Andrade. Disponível em: <http://www.laurentino.sc.gov.br>. Acesso em 20 jun. 2023.

SAINT-HILAIRE, August. Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978.

SANTOS, Manuel Pereira Rego Teixeira dos e KLUG, João. Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Santa Catarina, n.10, 2002.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. 2ª ed. Florianópolis: edição do autor, 1977.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng - Florianópolis: edição do autor, 1973.

SCHMIDT-GERLACH, Gilberto. KADDLETZ, Bruno Kilian. MARCHETTI, Marcondes. Colônia Blumenau no sul do Brasil. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Carla Fernanda. Grafias da Luz. A Narrativa Visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos: Florianópolis, UFSC, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

SILVA, José Ferreira da. A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense). Blumenau: Correio de Blumenau, 1932.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972.

SILVA, Osvaldo Paulino da. Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina - Parte Sul. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado pela PUCRS, 1996.



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no sul do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

VARZEA, Virgílio. Santa Catarina: a ilha. Florianópolis: IOESC, 1984.

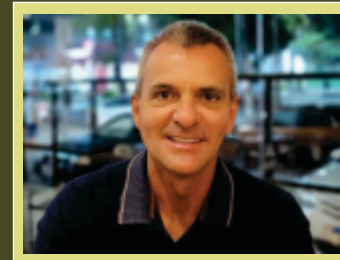
ZOELLER, Hugo. Os alemães na floresta brasileira. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau. Vol. 5, 1990.





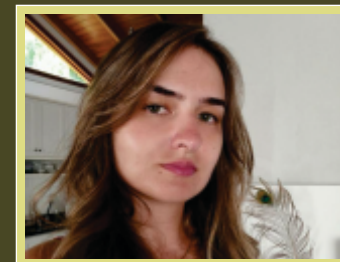
Guilherme Carlini Piazero

Nascido na cidade de Laurentino, tem formação de Licenciatura em artes visuais pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná.



Juarez Inácio de Oliveira

Nascido na cidade de Laurentino, em 24 de agosto de 1968. Engenheiro Químico, com MBA pela FGV e sócio-fundador da Associação Ambientalista Pimentão.



Taciane Lippel

Nascida na cidade de Rio do Sul, em 25 de janeiro de 1995. Bióloga, educadora ambiental e coordenadora de eventos da Associação Ambientalista Pimentão.

Alto Vale

O
vale dos
papagaios

do Itajaí



1890

A nova data de fundação da cidade de Laurentino



Guilherme Carlini Piazero
Juarez Inácio de Oliveira
Taciane Lippel